



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Declaro iniciada a 2ª reunião conjunta de audiência pública de 2006 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a participação das seguintes Comissões da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Participam desta reunião também as seguintes Comissões do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e o resultado demonstrado nos balanços do primeiro semestre de 2006, em atendimento ao estabelecido pelo § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Nosso convidado de hoje é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil. Anuncio a presença entre nós do Diretor de Política Econômica do Banco Central, Dr. Afonso Sant'Anna Bevilaqua.

Ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, gostaria de agradecer pelo pronto atendimento ao convite para o debate sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, agradeço a atenção de V.Exa. para com esta Casa. Lamento, e de antemão peço desculpas pelo pouco tempo de que dispomos. Em virtude do final do ano, hoje vamos iniciar também a votação, em plenário, do relatório final do Orçamento. Portanto, devemos, na quarta e na quinta-feira desta semana, debater o Orçamento, peça fundamental para o País.

O Presidente do Banco Central foi convidado a participar deste debate em horário preestabelecido. Sei que V.Exa. está esperando desde 9h — já são 11h — e que tem agendado um compromisso com o Presidente da República. Pode ter certeza de que não vamos prejudicar sua agenda.

Também registro a presença do nosso Relator-Geral, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, por até 20 minutos, para fazer sua exposição, não podendo o mesmo ser apartado. Posteriormente, iniciaremos o período destinado aos debates.

Caso seja possível, gostaria de saber se podemos providenciar cópias da exposição de V.Exa. aos Parlamentares, para que todos possam melhor acompanhá-la.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Muito obrigado, Presidente.

Como sempre, é uma honra para mim e para o Banco Central comparecer ao Congresso Nacional e prestar contas das atividades do Banco no primeiro semestre de 2006.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Em razão do exíguo tempo para a apresentação, devo dizer que o texto basicamente demonstra o resultado contábil do Banco Central no primeiro semestre de 2006 e, depois, faz um relato sobre o cumprimento de objetivos com relação às políticas monetária, creditícia e cambial, e com possíveis efeitos fiscais de decisões político-monetárias, bem como sobre a evolução recente da atividade econômica.

O resultado contábil apurado pelo Banco Central, no primeiro semestre de 2006, foi negativo em 12,5 bilhões de reais, o que decorreu principalmente do impacto da valorização do real frente ao dólar, de 7,54%. Basicamente, com o aumento das reservas internacionais — que são parte do ativo do Banco Central do Brasil — e como os ativos, portanto, em moeda externa, no caso em dólar, superaram os passivos de moeda externa, tivemos uma situação em que houve valorização do real frente ao dólar e, por isso, um impacto negativo no balanço do Banco Central. Quando há desvalorização do real, com valorização, portanto, do ativo em dólares, nós temos um impacto positivo no balanço comercial. Por exemplo, se nós olharmos o segundo semestre, até novembro, o resultado do Banco Central é positivo, exatamente pela evolução do real frente ao dólar neste semestre. Por outro lado, isso tem uma contrapartida, e a contrapartida é exatamente o impacto no Tesouro Nacional, porque essas reservas são uma contrapartida à dívida externa do País — e a dívida externa está contabilizada no Tesouro Nacional. Portanto, neste caso, eu vou mostrar que há um resultado negativo no Banco Central, que é compensado por um resultado positivo do Tesouro Nacional. No final, existe o ajuste quando o Banco Central transfere o resultado para o Tesouro; aí o Tesouro consolida o resultado. Portanto, como eu disse, o resultado é coberto até o décimo dia útil de 2007.

Se nós olharmos agora a composição do resultado do Banco Central, vamos ver que temos uma conta positiva de juros, mais ajustes de balanço, correção cambial, como eu mencionei, negativa; os *swaps* cambiais também tiveram resultado negativo. Houve apropriação de correções, inclusive de provisões negativas compensando alguns ajustes positivos no item “a”, com resultado, como eu mencionei, de 12,5 bilhões de reais. Por outro lado, já existe a informação de que a variação cambial e *swaps* foram responsáveis por 11,6 bilhões de reais desse resultado que mencionei. E o resultado líquido das variações cambiais, portanto, esse sim, o resultado operacional do banco, foi de 638 milhões de reais negativos.

Se nós o compararmos com os últimos anos, vamos ver que o resultado do Banco Central é correlacionado com a variação cambial. Então nós temos essa variação que, por exemplo, era de 10 bilhões e 900 milhões de reais no primeiro semestre de 2002. Na época, a situação de balanço era o contrário; naquela época nós tínhamos poucas reservas. E se houve 24 bilhões positivos, por exemplo, no primeiro semestre de 2003, foi exatamente porque naquela época ocorreu uma valorização do real, justamente quando tínhamos uma posição passiva maior, uma posição ativa menor, porque as reservas eram menores. Portanto, nós tivemos esse resultado. Por isso é que nós, em trabalho com os auditores do Banco Central, concluímos que deveríamos reportar à sociedade, ao Congresso e ao mercado esse ajuste da correção cambial, com vistas a mostrar o impacto da correção cambial, mostrar que isso é objeto de uma contrapartida de um resultado oposto no Tesouro Nacional em função, novamente, de o Banco Central contabilizar as reservas e o Tesouro, a dívida externa.

Resultado de juros. Detalhes.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Isso aqui é o detalhamento das operações de juros como eu mencionei.

Passando agora ao detalhamento do efeito da correção cambial, que é um item de importância, como já mencionei, nós vemos aí, em vermelho, a evolução da cotação nominal do real frente ao dólar; portanto, temos aqui esse efeito de 7,54%, que foi a perda de valor do dólar frente ao real.

Nós vemos em tela o efeito da dívida externa, como mencionei. A dívida externa apresentava um saldo de 74,4 bilhões de dólares em dezembro de 2005; como houve o pagamento de 9,6 bilhões, o saldo passou a ser de 64,8 bilhões de dólares.

Sobre a cotação do real. Ela passou de 2,34 dólares, em dezembro de 2005, para 2,16 dólares, agora. E, se olharmos o efeito líquido, simplificando esses cálculos, veremos que houve um efeito cambial positivo para o Tesouro Nacional de 13,1 bilhões de reais.

Sumarizando, o que temos? O efeito câmbio, considerando-se que o Banco Central dispõe das reservas. As reservas são contabilizadas do ativo do Banco Central, enquanto a dívida externa, como disse, é contabilizada no Tesouro. Portanto, quando o dólar perde valor frente ao real, temos um prejuízo apropriado no Banco Central. Por esse efeito, 11,8 bilhões de reais é um resultado positivo no Tesouro Nacional, na medida em que o valor da dívida externa cai, em reais, exatamente porque o valor do dólar caiu, e a dívida é em dólar. Temos efeitos similares, e o resultado líquido para o Tesouro Nacional, depois de o Banco Central transferir o resultado negativo para o Tesouro, é um resultado positivo de 1,2 bilhão de reais, como resultado da valorização do real neste período — porque neste período, evidentemente, o saldo líquido da dívida externa era maior do que o saldo líquido das reservas; portanto, o resultado foi positivo no primeiro semestre de 2006.

No quadro, outros detalhes de balanço.

Aqui os senhores vêem um item relevante: Outras Receitas e Despesas; no caso, operacionais, despesas administrativas do Banco, de acordo com Orçamento aprovado pelo Congresso, de 685 milhões de reais; despesa com fabricação de cédulas e moedas, 165 milhões de reais; repasse do Tesouro Nacional, 297 milhões de reais; despesas com ações judiciais, 274 milhões de reais; outras, 16 milhões de reais. Soma total: 843 milhões de reais.

Vamos agora passar aos objetivos do Banco Central.

O Banco Central tem 3 objetivos importantes: política monetária, que é o cumprimento da meta de inflação, condição necessária para o crescimento sustentável ao longo do tempo; política creditícia, que tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito (não há metas formais); e política cambial, um aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante. Também não há metas para taxa de câmbio.

Política monetária. O objetivo fundamental do Banco Central nessa área é o cumprimento da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional em 4,5%, com tolerância de mais ou menos 2%.

Se analisarmos os resultados da condução da política monetária no Brasil, vamos ver que tivemos, no ano de 2002, uma inflação de 12,5%; que baixou para 9,3% em 2003; para 7,6%, em 2004; para 5,7%, em 2005. E, agora, a estimativa consensual no mercado é de que a inflação em 2006 deve se situar ao redor de 3,2%. Temos aqui uma trajetória de desinflação que está se comportando de acordo com os objetivos e as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Um dado importante, quando comparamos a inflação ao consumidor medida pelo IPCA e a inflação medida pelo INPC. É interessante notar que o IPCA aponta uma inflação acumulada em 12 meses, em 2006, portanto a inflação real medida, de 3,02%, enquanto que a inflação apontada pelo INPC é de 2,59%. O IPCA mede a avaliação de preço ao consumidor nas regiões metropolitanas (as 11 maiores), de renda de 1 salário mínimo até 40 salários mínimos, enquanto o INPC vai de 1 até 8 salários mínimos.

Vemos então que a inflação foi ainda menos adversa, no período, às faixas de menor renda. Portanto, a inflação para as faixas de menor renda foi ainda menor do que para as faixas de renda mais elevada. Isso decorre principalmente da menor inflação no grupo alimentação.

A expectativa de mercado vemos em azul, no quadro. Vemos como ela tem caído durante o ano de 2006, comparativamente à inflação esperada para 2006. Em verde, temos a inflação esperada para 2007. Vamos ver como o mercado, recentemente, começou a fazer um reajuste dessas expectativas — para baixo.

Em dezembro de 2006, as expectativas para a inflação no Brasil, para este ano, ano corrente de 2006, e para 2007, encontram-se abaixo do centro da meta; porém, dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Dado da maior importância que vamos mencionar é o fato de que temos agora uma situação na qual, desde o ano passado, as expectativas de inflação estão de acordo com a meta, ao mesmo tempo em que a inflação corrente está também de acordo com a meta. Essa é uma situação evidentemente positiva e inédita na história corrente do País.

A expectativa de mercado para o IPCA nos próximos 12 meses aponta para uma trajetória cadente, estabilizando-se nos últimos meses.

Nesse quadro vemos uma evolução da inflação medida, comparada com as metas de inflação. O intervalo de metas está em cinza. Estamos vendo que a inflação, no início do regime de metas, esteve dentro do intervalo de tolerância; subiu acima do teto permitido pelo Conselho Monetário Nacional e voltou atrás graças à política monetária adequadamente implementada. Em 2003 voltou, digamos, para o intervalo de tolerância; subiu. Passou acima do teto no início do ano de 2005 e novamente voltou atrás, estando agora, como se espera, dentro do regime de metas, que vem sendo implementado com sucesso. Então, a inflação orbita em torno do centro da meta, na zona do intervalo de tolerância. Essa é a experiência da grande maioria de países que adotam o regime de metas: a inflação orbita em torno do centro, acima e abaixo, mas sempre dentro do intervalo de tolerância, como agora está ocorrendo no Brasil.

Política creditícia. O Banco Central tem como objetivo ampliar a oferta de crédito. Também aqui não há metas formais. Vemos o crédito com percentagem do produto, crédito total, em vermelho, na coluna esquerda, subindo cerca de 23,5% em janeiro de 2003, ou



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

no primeiro semestre de 2003, crescendo de forma constante até um patamar próximo de 33% do PIB. Se olharmos o crédito livre, em azul no quadro, à direita, vemos uma trajetória similar, passando de cerca de 15% do produto para cerca de 22%.

Evolução do crédito livre para pessoas físicas e pessoas jurídicas. Temos que observar que o crédito para pessoas físicas está crescendo a uma taxa mais pronunciada do que o destinado a pessoa jurídica. Uma das razões é que, no caso das pessoas jurídicas, tem havido um movimento normal, que ocorre no mundo inteiro, que é a colocação de títulos pelas empresas diretamente no mercado — títulos que não são registrados nos balanços do sistema financeiro. Novamente, o crédito está crescendo também para a pessoa jurídica, mas vem crescendo de forma mais pronunciada para as pessoas físicas.

O *spread*, ou crédito livre, para a pessoa física está caindo de modo mais constante. O da pessoa jurídica subiu e voltou a cair, mas novamente mantendo uma tendência de queda.

O crédito — dado importante — em consignação em folha de pagamento. Temos o crédito consignado crescendo ainda a uma taxa superior ao crédito livre para pessoas físicas.

Crédito em consignação para aposentados do INSS. Temos aí uma demonstração do crescimento em volume e na quantidade de contratos.

Crédito em consignação a aposentados do INSS. Aqui, novamente, uma divisão por renda e, portanto, volume de crédito e número de contratos. Até 1 salário mínimo existem cerca de 2 milhões e 500 mil contratos; de 1 a 2 salários mínimos, cerca de 4 milhões de contratos; e depois um número menor de contratos. Mas aqui novamente os valores se mantêm relativamente estáveis: 1,8, 1,7, 1,9 bilhão de reais para faixas intermediárias. O valor maior, portanto, é para aposentados que ganham entre 1 e 2 salários mínimos.

Objetivos do Banco Central com a política cambial. O objetivo é um aperfeiçoamento constante do regime de câmbio fluante. Não há uma meta de taxa de câmbio. Hoje em dia não existe mais, na maior parte dos países do mundo, a adoção do regime de metas de câmbio. Hoje se adota, na maior parte dos países, o regime de metas de inflação. Portanto, o câmbio hoje é operado num regime de câmbio fluante, com taxas fixadas pelo mercado.

Taxas de câmbio. Aqui os senhores vêem uma demonstração da evolução nominal de 1998 a 2006, uma demonstração de como evoluiu a taxa de câmbio nominal do real frente ao dólar nesse período.

Saldo em conta corrente (1996/2006). Um dado da maior importância. Quando avaliamos a política cambial, temos de olhar o resultado dessa política cambial no balanço de pagamentos. E um dado da maior importância é analisar como está a evolução das contas correntes no País. Vemos que as contas correntes têm tido um comportamento bastante favorável. Passamos de um déficit substancial no final da década de 1990 para saldos positivos em conta corrente no passado recente. Evidentemente, um número para 2007 é uma previsão. É importante mencionar que a realidade sempre tem superado a expectativa — isto no passado recente. O resultado da balança comercial tem de fato gerado resultados positivos de conta corrente maiores que os esperados pela maioria dos analistas.

Como mencionei, o saldo da balança comercial continua a crescer na margem. A expectativa para o ano de 2006 é de 45,4 bilhões de dólares, levemente superior ao número de 2005. Vemos que isso é gerado pelo crescimento das exportações, superior ao crescimento das importações. O resultado também mostra o dinamismo da economia brasileira.

Quantidades exportadas. Também um dado muito importante. Se olharmos a média maior em 12 meses nas exportações totais, vamos ver, em preto, que as exportações totais têm tido aumento de quantidade, não apenas de preço. Se olharmos apenas os manufaturados em vermelho, vamos ver que os manufaturados também têm tido aumentos em quantidade exportada. Os preços de exportação também têm tido um comportamento favorável para as exportações brasileiras.

Participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais. Outro dado da maior importância, na medida em que durante vários anos o Brasil perdeu mercado nas exportações mundiais. O total das exportações brasileiras nas exportações mundiais decaiu durante alguns anos e depois voltou a crescer. E continua em escala ascendente.

Fluxo Líquidos de Câmbio — também importante. Vamos ver que os fluxos líquidos de câmbio, se os compararmos, por exemplo, a 2004 e 2005 e, depois, o período de janeiro a novembro de 2006 com o de janeiro a novembro de 2005, vamos verificar que o grande fluxo positivo é o fluxo comercial, não é o fluxo financeiro. O fluxo financeiro tem sido negativo. No caso de janeiro a novembro de 2005, por exemplo, em vermelho, ele foi mais negativo; digamos, diminuiu o volume negativo, mas continua negativo. Já o fluxo comercial, que já era positivo em mais de 40 bilhões de dólares, passou a ser ainda mais positivo: 4,2 bilhões de dólares acima do ano anterior.

Se olharmos agora o componente dívida externa, como está o comportamento da dívida externa, vamos verificar que a dívida externa total tem caído de forma consistente. E a dívida externa líquida de reservas internacionais, no caso, novamente mostra um comportamento cadente. No primeiro trimestre de 2003, por exemplo, ela era cerca de 165 bilhões de dólares, chegando a 73 bilhões de dólares no terceiro trimestre de 2006 — uma queda importante da nossa vulnerabilidade. Isso é produto obtido do pagamento da dívida externa e da acumulação de reservas internacionais.

O Banco Central tem aproveitado esse momento favorável para fortalecer as reservas, conforme política anunciada em janeiro. Em 2006, o Banco Central adquiriu no mercado, até outubro, 29,3 bilhões de dólares, totalizando compras de 50,8 bilhões desde o início de 2005.

A idéia que tem sido seguida pelo Banco Central, conforme política anunciada em 2004, tem sido a de se pautar pelas condições de mercado, procurando não adicionar volatilidade à taxa de câmbio e não influenciar a tendência da cotação.

Durante os anos de 2001 e 2002 o Banco Central vendeu reservas, visando a estabilizar a moeda; depois, passou a comprar reservas — a partir de 2003. Vejamos então o próximo quadro.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Aquisição de reservas no mercado de câmbio (fluxos acumulados desde janeiro de 2004). Ele mostra como isso evoluiu: 56 bilhões de dólares, número atingido em outubro de 2006, em compras totais. As reservas internacionais líquidas (líquidas, no caso, de empréstimos do FMI enquanto eles existiam) atingiram um peso de 15,9 bilhões de dólares, em abril de 2003, crescendo até 7 de dezembro de 2006 para 83,4 bilhões de dólares. Isso mostra o efeito favorável no balanço de pagamentos e da intervenção da autoridade monetária na composição de reservas e na diminuição da vulnerabilidade externa do País.

Houve uma melhora expressiva dos indicadores de sustentabilidade externa do Brasil. Eles são os mais favoráveis desde o início da série. Desde o início que isso começou a ser medido, em 1970, que é a razão da dívida externa líquida sobre exportações, pagamento de juros sobre exportações, e a dívida externa líquida sobre o produto. Por exemplo, a evolução da dívida externa líquida com percentagens das exportações que começou em 3,1, quer dizer, a dívida externa líquida era 3 vezes as exportações, agora atingiu o índice de 0,6.

Estava lendo, recentemente, uma análise feita por um respeitado economista no ano passado, e ele dizia: *“Melhorou muito. Nos países que de fato estão em condições sólidas de balanço de pagamento essa relação é de um dígito ou até muitas vezes inferior a um dígito”*. Estamos agora inferiores a um dígito: 0,6.

O pagamento de juros com percentual das exportações era 29% em 2000, e hoje é 10,8 %. Isto é, usávamos cerca de 30% do total de exportações para pagar juros. Hoje, apenas 10%.

A dívida externa líquida como percentagem do Produto, também uma evolução extremamente favorável: de cerca de 36% do PIB para 9,1%.

Risco Brasil — uma evolução também favorável. Evidentemente, os números de hoje são ainda mais favoráveis do que esse do quadro, oscilando ao redor de 200 pontos.

Outro interessante é a diferença entre o Brasil e outros países emergentes, retirando-se desses outros emergentes Brasil e Argentina. Vamos ver que a diferença tem caído sistematicamente, o que significa que o Risco Brasil está melhorando mais pronunciadamente do que o risco dos demais emergentes. O diferencial está diminuindo sistematicamente.

Risco Brasil *versus* demais emergentes. Vemos aqui como ele evoluiu e alguns eventos específicos. O anúncio do pré-pagamento ao Fundo Monetário, o anúncio da compra da dívida externa, o anúncio da recompra dos *bradies*, que eram os títulos que foram renegociados; são da dívida externa renegociada na década de 1980, quando uma reunião do Banco Central americano provocou aumento de taxas

de juros. Em resumo: esse quadro hoje é extremamente favorável.

Dado outro da maior importância é o da dívida cambial doméstica. No passado, o Brasil emitia títulos de dívida doméstica dolarizados, devido à dificuldade de colocar títulos indexados apenas ao real. Chegamos a ter 40,7% do total da dívida doméstica indexada ao dólar. Hoje isso está negativo em 1,2%. Foi eliminada, portanto, a dívida cambial doméstica.

Nesse outro quadro é mostrada exatamente a evolução da dívida cambial doméstica e sua redução, ano a ano, o que mostra, de novo, um outro componente da diminuição da volatilidade potencial da economia brasileira, principalmente sua vulnerabilidade às condições externas.

Redução do estoque da dívida cambial: portanto, houve uma evolução.

Agora, objetivos do Banco Central no que diz respeito à política monetária e a possíveis efeitos fiscais.

O impacto direto da taxa de juros nas contas públicas é apenas parte do efeito macroeconômico da política monetária. Ela tem efeitos fiscais indiretos. Por exemplo: efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio e o crescimento econômico de longo prazo. Tudo isso tem de ser levado em conta quando se analisa o efeito da política monetária. Por exemplo, se o Banco Central baixasse, digamos, artificialmente a taxa de juros, isso poderia ter aparente efeito positivo em alguns itens das contas do Tesouro Nacional, mas, por outro lado, o mercado poderia reagir negativamente, prevendo-se maior inflação, quando as taxas de juros praticadas no mercado subiriam, afetando, por exemplo, as próprias contas do Tesouro Nacional. Portanto, a maneira que julgamos mais correta de se analisar o efeito fiscal da política monetária é considerando o conjunto e a relação dívida líquida do setor público em relação ao PIB. Ou seja, analisar essa evolução. E veremos que a evolução é favorável: começou em 61,7%, em 2002, e chegamos agora, em outubro de 2006, a 49,5%. Evidentemente, há uma série de componentes e o superávit primário é parte integrante e fundamental nesse processo.

Aqui temos, portanto, a análise dos diversos componentes.

Aumento da dívida foi negativo em 1,8%. Até outubro de 2006, ela caiu com a percentagem do Produto; diminuiu 1,8% do PIB.

A necessidade de financiamento do setor público caiu de 3,3% para 2,2%; o superávit primário, que era de 4,8%, agora é de 4,3% — portanto, diminuindo a dívida.

Juros nominais, que eram 8,1% do Produto, caíram para 6,4%.

Outra maneira de se analisar o efeito da política monetária seria dizer: *“Bom, o juro nominal caiu. Portanto, o custo fiscal foi menor”*. Mas, como dissemos, a maneira mais correta é avaliar o conjunto, não um item específico.

A depreciação cambial, que era 0,9% passa a 0,2%, favorável nesse sentido, e, portanto, diminuindo a dívida; crescimento do Produto, 3,9% — portanto, diminuindo a dívida; reconhecimento de dívidas e ajustes.

Este é o componente que explica a variação negativa da dívida, caindo como percentagem do Produto.

Finalmente, o quadro da evolução recente da atividade econômica.

Vamos aqui analisar a evolução do PIB. Por exemplo, se analisarmos a primeira coluna à esquerda, o terceiro trimestre de 2006 sobre o terceiro trimestre de 2005, o PIB, a preço de mercado, cresce a 3,2%. E temos 2 ângulos de análise. No lado da oferta, a



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

agropecuária cresceu mais; a indústria, 3%; serviços, um pouco menos; na ótica da demanda, consumo das famílias, 3,4%; Governo, 2%; formação bruta de capital fixo, 6,4% (dado importante, na medida em que mostra que o nível de investimento está crescendo no País).

As exportações cresceram 7,5%, enquanto as importações, 20,1%. Portanto, o setor externo vem dando contribuição negativa à produção, porém, propiciando aumento do consumo.

Consumo das famílias (2003/2006). Vemos aqui evolução trimestre a trimestre, sempre em relação ao trimestre anterior. E vamos olhar a atividade do ponto de vista da evolução nos últimos anos. Se olharmos, por exemplo, a produção industrial, vamos ver que ela teve quedas pronunciadas, em 2001 e 2002, para apresentar uma tendência de crescimento a partir de final de 2003.

Vendas no varejo acusa crescimento ainda mais pronunciado, não é? Por quê? Muito bem. É muito importante analisar agora este componente, que me parece da maior importância para a atividade econômica, na medida em que qualquer política econômica, em última análise, visa aumentar o bem-estar da população, o que significa aumentar salário, renda e, em consequência, consumo, não é verdade? Tivemos a massa salarial total do País caindo em 2003, em função do ajuste feito posterior à crise cambial. E, como resultado da crise cambial de 2002, crescemos em 2004 apenas 2,4%; crescemos em 2006, 5%; e, em janeiro a outubro de 2006, crescemos 6,4%. Portanto, a massa salarial real cresceu 6,4%, de janeiro a outubro de 2006, sobre janeiro a outubro de 2005. Isso mostra o dinamismo da economia brasileira.

Se olharmos outros dados importantes: pessoal ocupado, como está crescendo ano a ano, o número de trabalhadores com emprego formal, um rendimento médio crescendo, portanto, a 4,1% no ano de 2006 sobre o ano de 2005, enquanto a massa salarial cresceu 6,4%.

Então, vamos ver aqui, digamos, o motor que está gerando, puxando o crescimento, que é exatamente renda e salário.

O salário real médio, portanto, está subindo. Esta, talvez, seja uma das projeções mais importantes da nossa apresentação. E essa massa salarial real também vem crescendo de forma importante.

Taxa de desemprego — caindo. Se olharmos 2002, 2003, vemos em vermelho escuro. Vemos uma taxa de desemprego que teve um comportamento em queda ao final do ano. E temos aqui essa tendência, em que todos os anos a taxa tende a subir no primeiro trimestre e cair no último trimestre. E, em 2006, ela está caindo, já atingindo níveis similares. Em 2005 já mostrava tendência decrescente. É importante mencionar que o número de ocupados em relação ao ano de 2005 é maior, mas, por outro lado, o número de pessoas procurando trabalho também, é maior. Portanto, é essa a explicação.

Aqui o quadro sobre criação de empregos formais. Nós vamos ver que, de 1995 a 2002, houve uma média de 33 mil empregos formais criados por ano; em 2003, 667 mil; e, em 2004 a 2006, uma média de 1 milhão e 273 mil empregos formais por ano. É um número que mostra o dinamismo econômico e uma das razões importantes do crescimento do salário e da massa salarial, isto é, aumento do emprego.

Como mencionamos, o objetivo último de qualquer política econômica é aumento do emprego, aumento da renda e, em consequência, do padrão de vida da população.

Investimentos.

Formação bruta do capital fixo, uma das formas de analisarmos como está se comportando o investimento. Em vermelho, a linha de tendência, vamos ver, subiu até 2001, principalmente como efeito naquela época dos investimentos em energia, produto do apagão. Depois tivemos uma queda e uma linha constante e crescente a partir daí.

Absorção doméstica de bens de capital (média móvel de 3 meses). De novo, outra maneira de medir o aumento dos investimentos no País. E temos aí a mesma tendência crescente, que é um sinal positivo sobre o futuro da economia brasileira.

Insumos da construção civil — também na mesma direção, crescentes.

Portanto, essa foi a nossa visão, não só dos resultados de política monetária do Banco Central do Brasil no que diz respeito à transferência de resultados operacionais para o Tesouro Nacional, mas levando-se em conta também a questão cambial, o efeito no Banco Central do Brasil e no Tesouro Nacional, os efeitos da política monetária e a evolução recente da atividade econômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Agradecemos ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, sua exposição.

Srs. Congressistas, o Presidente do Banco Central aceitou nosso convite e chegou aqui no horário. Nós nos comprometemos com ele de cumprirmos seu horário, já que ele tem um compromisso agendado com o Presidente Lula e com sua equipe para definição de rumos. Por isso, estaremos aqui para o debate até as 11h.

Vou passar a Presidência dos Trabalhos ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, já que se trata de uma reunião conjunta. Encontra-se aqui também o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, Deputado Carlos Mota.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças, Deputado Moreira Franco, que vai coordenar os debates.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Agradeço ao Presidente Gilmar Machado a gentileza.

Vamos iniciar os nossos debates, passando a palavra ao primeiro orador, Deputado Virgílio Guimarães.

**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** - Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente Henrique Meirelles, essa exposição de resultados do Banco Central que V.Exa. faz hoje, eu diria, é um marco absolutamente histórico, porque é o balanço que se faz ao final de um Governo. Portanto, estamos analisando aqui não aqueles balanços que a legislação impõe. Aqui é algo diferente daqueles requerimentos que fazemos ao Banco Central, muitas vezes até de maneira informal, ou discutindo com a Subcomissão da Comissão de Finanças e Tributação ou com a Comissão de Orçamento. Pois



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

bem. Esse balanço mostra que o Banco Central fez a sua parte. Isso é importante fixar neste momento. Recebeu o Brasil com os fundamentos macroeconômicos absolutamente deteriorados; não só com uma situação de resultados brasileiros muito aquém daquilo que se esperava, mas com os fundamentos apontando para uma crise estrutural, uma crise crônica.

É evidente que o Brasil não saiu, como queríamos, inteiramente dessa situação. Gostaríamos de ver o Brasil em crescimento sustentável, próximo a 2 dígitos, com um crescimento chinês, por exemplo. Gostaríamos de várias coisas. Mas a economia não é nem nunca foi, em regime nenhum, por mais liberdade que desse um regime — e os regimes no passado tiveram força de revolução — algo líquido e certo. As condições materiais impõem seus limites. A grande contradição da sociedade humana não é a briga entre capital e trabalho. É essa contradição do mundo capitalista, para nós que estudamos pela mesma cartilha. Em qualquer que seja o momento, tem de haver sempre equilíbrio entre liberdade e necessidade, ou seja, a liberdade de fazer, mas conforme as possibilidades que as condições materiais impõem. E a consciência disso diz que temos de caminhar em passos firmes para construir os fundamentos. Somente assim vamos ter os avanços que precisamos, na economia e também na estrutura social.

Eu queria dizer aqui, Presidente Meirelles, que o Banco Central fez a sua parte, apesar das dificuldades que as condições materiais impõem, das conjunturas difíceis e das políticas. Os resultados estão aí, e são indiscutíveis. Muitos confundem o Banco Central com o Ministério do Planejamento, com o Ministério da Economia. O Banco Central deve ser aquilo que se espera dele: um banco central.

E o Banco Central do Brasil tem que ser analisado sob esta ótica: os resultados que apresenta e as metas que recebeu.

Por isso mesmo, Sr. Presidente Meirelles, quero manifestar aqui, com clareza, que esse balanço é o balanço de uma jornada, de uma meta. É por essa ótica que se devem analisar os resultados do Banco Central. Não pelo fato de se adotar essa ou aquela política, de ser essa ou aquela a decisão do COPOM. Temos de analisar tudo agora com um olhar mais olímpico, mais por cima, para vermos bem o que ocorreu. Por isso mesmo, fico à vontade para fazer este registro.

Presidente Meirelles, faço esta observação: o Banco Central fez tudo isso, apesar de sua estrutura arcaica. Passamos pela Constituinte Cidadã, que mudou o Brasil, varreu o lixo autoritário, mudamos tantas coisas, e o Banco Central permaneceu intacto, como se tivesse a estrutura mais perfeita do planeta. Mas, não. Acho que devemos ousar e mudar. Isso é imperioso dizer. Afora as emoções do momento, os embates políticos (que, olhando assim, com esse olhar olímpico, tiveram seu lugar e momento), eu acho que nós devemos, na próxima legislatura, analisar com seriedade uma reforma do Banco Central do Brasil.

Não vamos só contestar os resultados obtidos, mas analisar também a trajetória do Banco Central, não só neste momento, quando alcança resultados positivos, mas em outros também. Essa trajetória ressalta a necessidade de uma reforma, de caminharmos para um Banco Central mais moderno, mais focado, com definições e distinções mais claras, sobre quanto à questão da fiscalização. Quais as funções que ficam? Ele vai continuar a exercer, ou não, determinadas tarefas que lhe são atípicas? Elas devem ficar? Ou devem sair? E devem ir para onde? Eu acho que essa passada a limpo é uma responsabilidade nossa. Não podemos fugir dela.

O meu partido, o PT, sempre defendeu, até por meio de emenda constitucional, como proposta de Constituição, a autonomia do Banco Central. Essa é uma proposta histórica do meu partido. Mas acho que nós deveríamos, até para recolocar essa discussão em outros termos, discutir aquilo que o Banco Central deve ter como atribuição, sua vinculação maior ou menor ao cotidiano da política econômica, assim como definir o tipo de estabilidade que devem ter seus dirigentes, a fim de que tenham a tranqüilidade necessária para exercer seu papel.

Nós já temos experiência nas agências. Mas a mais importante de todas as agências é o Banco Central. Então, tenho a convicção de que vamos fazer isso de maneira muito tranqüila e com a ajuda de V.Exa. na Presidência do Banco Central, contribuindo com sua ação prática. E, se porventura não mais estiver à frente do Banco Central, com uma ação até mais à vontade, dada sua experiência. Espero que esse seja o primeiro caminho.

Então, Presidente, a questão que coloco é esta: *vis-à-vis* os bons resultados, temos necessidade de pensar, de maneira tranqüila, desapaixonada, técnica, porém política, a reforma das arcaicas estruturas do Banco Central, para torná-lo ainda mais apto, para fazer dele um instrumento poderoso para dotar o Brasil dos fundamentos adequados para um crescimento econômico rápido, sustentável e com justiça social.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Sr. Henrique Meirelles.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Deputado, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer pelos elogios que faz à avaliação do trabalho do Banco Central. E digo que nos sentimos muito honrados e gratificados com sua avaliação sobre um item da maior importância, que é o efeito das políticas aplicadas pelo Banco.

Com relação à questão de projetos de reforma do Banco, acho que são sempre bem-vindos. Sabemos que o Deputado tem um projeto a esse respeito, e, como o senhor sabe, temos tido uma absoluta abertura para discutir, conversar, apresentar nossas informações, nossos dados, valendo-nos da experiência de outros bancos centrais do mundo. Estamos totalmente abertos, evidentemente, para discutir com o Congresso Nacional qualquer aperfeiçoamento em quaisquer das áreas de atuação do Banco, comparando, inclusive, nossos resultados com as experiências de outros países. Acompanhamos isso principalmente nas reuniões na Basileia de vários bancos centrais do mundo, onde estamos o tempo todo analisando diversos mecanismos de funcionamento de um banco central.

Portanto, estamos totalmente abertos, mais uma vez, a qualquer discussão nesse sentido, e vamos dar a nossa colaboração e a nossa experiência na medida do possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, senhores diretores do Banco Central.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Para os analistas do mercado e para as grandes empresas, a exposição de V.Exa. está correta, na medida em que considera os requisitos de mercado de Wall Street, em Londres. Mas eu, que represento o povo do Paraná nesta Casa, não estou contente. Estou extremamente insatisfeito e inconformado com os rumos da política econômica do nosso País, cuja condução é feita por V.Exa., homem do primeiro escalão, por meio do controle da moeda, do câmbio, do crédito e, conseqüentemente, da inflação.

O que nos deixa estarecidos é que, após 4 anos, o crescimento da nossa economia é pífo, mesmo melancólico. Ao final do primeiro Governo Lula, ele é de 2,7%; poderá ser um pouquinho mais até o final do mês, com o recálculo das taxas de crescimento da economia.

Meses atrás, eu lia nos jornais que as 200 maiores empresas do Brasil tinham tido um lucro, somente no ano passado, de 5,6% do PIB, ou seja, 108 bilhões reais de lucro. Depois, sai outra notícia: as 227 maiores empresas do Brasil tinham tido, nesses 4 anos, mais de 300% de lucro, o maior dos 4 anos anteriores. Isso me leva à compreensão de que essa política econômica do Governo Lula — a qual não é só de V.Exa, que é um membro notável do Primeiro Escalão que dirige a política econômica, mas também do Ministro da Fazenda e do próprio Presidente da República — opta, preferencialmente, pelos ricos. Os ricos estão extremamente satisfeitos porque nunca tiveram tanto rendimento como tiveram nesses últimos 4 anos!

Os pobres, por sua vez também, vivem de uma invenção tucana: a criação das Bolsas — Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Medicamento. Vários programas sociais, com muita habilidade política, foram transformados pelo Presidente Lula e o PT numa única bolsa apenas. Programas que atendem a milhões de brasileiros despossuídos.

Claro que esse modelo, em que não se mexeu nas estruturas da relação do Estado com a sociedade (o sistema tributário), mesmo com esses 2,7% de crescimento da economia, por pouco que cresça, deixa sempre os ricos ainda mais ricos, enquanto os pobres continuam pobres. Os pobres conseguem apenas expandir seu poder aquisitivo por meio de bolsas e aposentadorias. Tanto que, nesses últimos 12 anos, a política desta Casa se caracterizou por uma queda de braço permanente com o Governo em busca de um salário mínimo maior.

Lembro-me de que, quando começou o Plano Real, o salário mínimo era de 70 reais. Só para fazer uma comparação, cada salário de Deputado significava 114 salários mínimos. Hoje, o salário deste ano está em 350 reais. Isso quer dizer que fizemos uma política de expansão do salário mínimo, com aumentos reais; e os programas sociais deram mais poder aquisitivo às famílias pobres. Mas isso não é participar da riqueza do País por meio do crescimento econômico, com bons empregos, boas escolas etc. Ora, não é culpa de V.Exa. se não temos escolas suficientes e boas escolas, porque isso é parte do conjunto do Governo Federal, Estados e Municípios. O Brasil não tem creche e pré-escola para todas as crianças. O Brasil não tem ensino médio para todos os jovens. Só 35% dos jovens brasileiros estão no 2º grau.

O Chile tem 85% de seus jovens no 2º grau; o Brasil tem apenas 17% de seus jovens no 3º grau, no ensino superior. A Rússia, por exemplo, com a exceção da China e da Índia, com os quais não dá para comparar, porque são países cuja população é imensa, tem 70% de seus jovens nas universidades. O Chile já tem 35%; a Coréia, mais de 50%.

Esse é um capítulo que não diz respeito ao Banco Central. Mas V.Exa participa do Governo e o defende. Então, é co-responsável, porque nas políticas gerais não notamos mudança nenhuma, digo, assim profunda. Estou falando de mudança no sentido de que o País passe a investir muito mais em educação.

Por outro lado, o sistema de saúde pública está um caos. Não é culpa de V.Exa., mas V.Exa. participa do Governo. Há filas quilométricas para consulta especializada, para cirurgias eletivas, para exames laboratoriais especializados, e vai por aí fora.

O fato é que o consumo, a inflação das famílias abaixo de 8 salários mínimos, de que V.Exa. se vangloriou aqui, é menor. Está correto o dado de V.Exa. Por conta de quê? O que o senhor não disse para o Congresso Nacional e para o povo brasileiro? Às custas da agricultura, do agronegócio, que quase quebrou. Os menores preços em função de quê? Da taxa de câmbio flutuante — porque só o Brasil tem caixa de câmbio flutuante. Pois isso acabou destruindo o agronegócio brasileiro.

Temos de recompor as dívidas do agronegócio, fazer uma política com vistas aos próximos 25 anos, porque o agronegócio, com exceção da cana, da laranja e de alguns outros pequenos itens, o grosso da produção agrícola e pecuária brasileira, está produzindo com prejuízo. Esse é o retrato. Não tem preço para competir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Eu gostaria de lembrar ao Deputado Haully que o Presidente Meirelles tem compromisso agendado. Gostaria que concretizasse e fizesse logo a indagação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Eu também. Agradeço e vou atender a V.Exa. porque evidentemente teria muito mais a dizer. O fato é que o Brasil de 1950 a 1980 cresceu 55% acima da renda *per capita* mundial. Mas desde 1980, portanto nos últimos 4 anos da ditadura, e durante 21, 22 anos de Nova República, não consegue crescer a mais de 2,5% por mês. O problema não está na gestão de V.Exa.; o problema está nesse modelo falido. Ou mudamos os paradigmas da economia brasileira, da relação do Estado com a sociedade, da imposição do Estado sobre a sociedade, através dos tributos, do modelo de Estado, do modelo de educação, do modelo de saúde, do modelo de desenvolvimento brasileiro, ou daqui a 25 anos estaremos amargando mais ainda esse crescimento pífo, enquanto o mundo aí fora estará totalmente desenvolvido.

Só para termos uma idéia, nesses últimos 25 anos nós perdemos um PIB. Éramos para ter hoje metade da renda *per capita* norte-americana, enquanto o que temos dá menos do que 25%. O nosso modelo está falido. Ele é suficiente para agradar aqueles que têm. Das 500 maiores empresas do mundo, 420 estão instaladas no Brasil. E eles estão satisfeitos! As maiores empresas brasileiras também estão satisfeitas.

Nós, da classe média, nós, do povo brasileiro, não estamos satisfeitos. E nós do Congresso Nacional, a partir dessa nova gestão, não estamos dispostos mais a bancar esse tipo de política econômica. Vamos fazer um combate, uma oposição ferrenha a esse tipo de modelo iníquo e injusto que não traz felicidade para o povo brasileiro!



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A classe média brasileira está esmagada. Queremos nos libertar desse modelo. E é hora de o Governo fazer uma revisão, promover mudanças de paradigma. E nós queremos colaborar. Em nome da Oposição, fizemos uma lei que foi sancionada na semana passada: a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Esse foi um trabalho que uniu Governo, Oposição e sociedade; e deu certo. Podemos fazer a reforma tributária e outras grandes reformas em conjunto, com Oposição e Governo discutindo e encontrando soluções.

Não estamos aqui só para criticar. Estamos aqui para construir um novo modelo brasileiro. Vamos enfrentar a banca internacional e a banca nacional. Vamos reduzir as taxas de juros. Vamos fazer logo as reformas tributária e educacional, remodelar a saúde e os demais programas, porque este País precisa crescer e prosperar na mesma cadência da China, da Índia, da Argentina, que vêm crescendo bastante nesses últimos anos.

É utopia? Não é. Eu aposto com V.Exa. que, se implantarmos no Brasil hoje o modelo tributário americano ou europeu, no ano seguinte, só por conta da mudança do sistema tributário, nós cresceremos quase 5% a mais do que este Governo consegue produzir; ou seja, cresceremos a 7%.

O nosso sistema tributário é iníquo e injusto. No Brasil, a maior carga tributária recai sobre a base do consumo, que são os trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Tem a palavra o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Atendendo a orientação do Presidente, vou procurar ser bastante objetivo na resposta.

O ano de 2006, Excelência, é o terceiro ano consecutivo em que a massa salarial real no Brasil cresce. Como mencionei em minha apresentação, a massa salarial real no Brasil cresceu em relação ao ano passado cerca de 6,4%. Isso representa o salário dos trabalhadores de todas as classes sociais. Portanto, é importante mencionar que o trabalhador brasileiro hoje recebe um aumento grande em relação ao ano passado, pois, em termos reais, aumento de 6,4% da massa salarial é substancial em qualquer país do mundo. Repito: temos esse aumento pelo terceiro ano consecutivo.

O consumo das famílias também cresce pelo terceiro ano consecutivo. Como eu disse em minha apresentação, a finalidade última de qualquer política econômica é o bem-estar da população, o que significa renda e, em conseqüência disso, capacidade de consumo.

O rendimento médio real cresceu 4,1% este ano, em relação ao ano passado. Conseqüentemente, houve um crescimento importante das vendas no varejo: de outubro de 2005 a outubro de 2006, cresceram 7%. Foi um crescimento real, portanto, um crescimento importante e significativo, o que mostra de novo a capacidade de compra da população.

Eu acho que isso responde às questões referentes ao efeito da atual política econômica sobre a população.

Criação de empregos é outro dado da maior relevância, porque, em última análise, estamos falando também da empregabilidade da população. A criação média de empregos este ano, comparada com a dos últimos 2 anos, que foi de 1 milhão e 273 mil empregos, aumentou muito: apenas neste ano foram criados 1,5 milhão de novos empregos formais no País.

Há um dado interessante e relevante, Deputado. Observe que, no período de 1985 a 2003, o qual abrange o período de comparação de V.Exa., foram criados no Brasil 2,6 milhões de empregos formais. No biênio 2004/2005, foram criados 2,8 milhões de empregos. Mais do que o que se criou entre 1985 e 2003.

Acredito que isso sumariza a questão dos efeitos da presente política monetária para a população.

Em relação ao agronegócio, evidentemente existem variações importantes de preços, mas eles estão se recuperando em dólares.

No que se refere à questão da política cambial, de novo, governo de nenhum país do mundo hoje controla completamente taxas de câmbio. O único país que tem um efeito maior na taxa de câmbio, que mantém uma taxa de câmbio relativamente estabilizada, é a China. Para fazer isso, ela acumulou até agora cerca de 1 trilhão de dólares em reserva. Isso é possível para um país que tem uma poupança nacional de mais de 40%.

O Brasil tem uma política cambial bem-sucedida: 45 bilhões de dólares de saldo comercial, saldo de conta corrente, exportações crescentes, com câmbio flutuante.

Gostaria apenas de enfatizar este aspecto: criamos, apenas no biênio 2004/2005, 2,8 milhões de empregos, contra 2,6 milhões criados de 1985 a 2003, além de promovermos o aumento da massa salarial real e da renda média.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - Posso usar 30 segundos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Nobre Deputado, a lista de inscrição é enorme. Gostaria que V.Exa. entendesse.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY** - É para falar do aumento da carga tributária, de quase 35% para 39%, e do aumento salarial dos servidores públicos do Brasil. Toda essa massa salarial deve ser do setor público brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - O Deputado Luiz Carlos Hauly se esquece do Pacote 51.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, prezado Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, gostaria de fazer alguns poucos comentários e algumas indagações sobre dúvidas que tenho relativamente à atuação específica do Banco Central.





## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Penso que há certo consenso na sociedade brasileira de que a economia brasileira está significativamente melhor. Isso foi expresso por V.Exa., Dr. Henrique Meirelles, são diversos aspectos da política monetária e fiscal, suas implicações na política macroeconômica como um todo e nos resultados no que diz respeito a emprego, renda, entre outros fatores importantes que beneficiam a população brasileira. Isso também está expresso nos índices de satisfação da população.

No entanto, por mais paradoxal que possa parecer, há também uma insatisfação latente na sociedade relativamente à expectativa real, concreta de que a economia possa crescer a taxas maiores. Ou seja, queremos manter a qualidade do crescimento, para que se gerem mais empregos, para que se distribua melhor a renda, mas, por outro lado, queremos, simultaneamente, aumentar a taxa de crescimento da economia brasileira para valores razoáveis, 4%, 5%, até 6% ao ano. Penso que isso é hoje um consenso na sociedade.

Sabemos que há alguns limitadores em relação ao setor público, notadamente no que diz respeito à questão fiscal. Enfim, a União, os Estados e os Municípios têm que fazer melhor o dever de casa, no sentido de delimitar as contas correntes, sem prejuízo dos gastos sociais essenciais.

O Deputado Luiz Carlos Hauly citou como área grave no País, no que diz respeito a gasto público, a área de saúde. Registro que, desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 29, praticamente dobramos os gastos da União em relação à saúde pública no Brasil. No entanto, não há percepção por parte da sociedade de que os serviços públicos de saúde tenham melhorado significativamente. Isso nos leva a crer que, de um lado, precisamos continuar criteriosamente ampliando os gastos, mas precisamos sobretudo melhorar a gestão da saúde pública no Brasil. Aliás, isso vale para a saúde, para a segurança pública, para a educação, para todos os gastos essenciais do País.

Acabamos de aprovar o FUNDEB, que vai injetar, ao longo dos próximos 2, 3 anos, mais 4 bilhões de reais de recursos da União no ensino básico. Ora, se isso não for acompanhado da melhoria da gestão do serviço de educação, a percepção de melhoria continuará sendo muito baixa, ou seja, continuará havendo a percepção de que os serviços públicos não estão melhorando. Essa é uma questão que, parece-me, tem de ser fundamentalmente trabalhada.

Quanto ao setor privado, à elevação da capacidade de investimentos do setor privado na economia — refiro-me à questão fiscal, para ampliar a capacidade de investimento do setor público —, o maior entrave é inegavelmente o problema da carga tributária no País, porque é grande e mal distribuída. A União e os Estados ficam fazendo reparos com medidas isoladas. Há muito que o País reclama um imposto sobre valor agregado, que unifique esses 6, 7 impostos sobre o valor adicionado existente, nos Municípios, nos Estados, na União, para simplificar, diminuir a carga tributária e, de alguma forma, contribuir — uso a palavra do Presidente — para que se destrave um pouco a economia brasileira.

No que se refere a juros, tenho preocupação a respeito de *spread* bancário. Não obstante termos registrado que o *spread* bancário se reduziu no País, há um certo sentimento de que a margem das instituições financeiras continua muito elevada e há uma percepção generalizada de que possa haver certa acomodação — não chamaria isso de oligopólio, mas de certa acomodação das instituições financeiras. Ou seja, uma baixa taxa de competição entre as instituições de crédito no Brasil faz com que o *spread* bancário se mantenha alto, a despeito da queda significativa da taxa de juros básica no País. A taxa de juros básica no País tem caído mais percentualmente do que o *spread* bancário. Isso nos faz crer que há problemas estruturais nas instituições financeiras brasileiras, que precisam ser ajustadas, para que haja mais competição e uma redução mais acelerada do *spread* bancário. Isso tem a ver com o crédito da pessoa física e da pessoa jurídica.

Todos costumamos ouvir muito, sobretudo de pequenos e médios empresários, uma reclamação imensa de que não há acesso a crédito, que o crédito é caro no País, que as exigências são infundáveis. Enfim, mesmo nas linhas de crédito oficiais, que têm o setor financeiro como agente de crédito, como as linhas do BNDES, que têm vários bancos privados como agentes financeiros, o acesso ao crédito ainda é complicado, pelo preço do crédito e pelas exigências, que são terríveis. Gostaria de ouvir comentários de V.Exa. sobre isso.

A outra questão é muito específica. Gostaria que o senhor nos falasse, a mim e ao Deputado Carlito Merss, que estamos tentando entender um pouco melhor, sobre a questão da dívida cambial doméstica, que se tornou negativa. Poderia explicar-nos a composição dessa dívida cambial e o que a leva a se tornar negativa? Imaginávamos que ela pudesse ser zerada, mas não tornada negativa. Isso tem a ver com as operações do Banco Central no mercado cambial interno. Enfim, gostaríamos de entender um pouco melhor esses mecanismos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Sr. Presidente do Banco Central, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Deputado, é um prazer responder às suas perguntas.

Antes das perguntas sobre a questão tributária e o crescimento econômico — S.Exa., evidentemente, acompanha muito bem o assunto —, preciso dizer que há, no momento, um trabalho grande do Governo, que visa exatamente a ultimar a apresentação de um plano de ação e de algumas medidas a serem enviadas ao Congresso em relação a isso. Neste instante, inclusive, está acontecendo uma reunião, da qual pretendo, se possível, participar. Certamente, será feito um anúncio a esse respeito em breve.

Na questão do *spread* bancário, o que a experiência da maior parte dos países mostra é que são 2 fatores da maior importância que levam à diminuição do *spread* bancário. Em primeiro lugar, a estabilidade econômica. Se a estabilidade econômica é mais sólida, prevalece por um período mais prolongado, a competição aumenta no sistema e existe um número maior de instituições disputando as operações, o que faz com que haja uma tendência de queda do aumento do prazo e do volume dos *spreads*. Nós já começamos a ver um pouco disso no Brasil. E existe a questão objetiva da competitividade, o segundo aspecto que o senhor mencionou. Algumas medidas já foram implementadas nessa direção, para aumentar a competitividade do sistema. Por exemplo, foi



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

criada a conta-salário, que já foi regulamentada para todos os convênios novos e está em processo de regulamentação no que se refere aos convênios já existentes.

Com a conta-salário, permite-se que o trabalhador que tem o seu salário depositado numa determinada instituição possa, sem tarifas e despesas, ter o seu salário transferido para uma instituição que lhe ofereça condições melhores para as suas operações bancárias. É um exemplo.

Outro exemplo: hoje, o correntista do banco ou o cliente, dependendo da sua faixa de operação, tem dificuldades de conseguir empréstimos em outra instituição que não aquela na qual trabalha. Por quê? Por falta de cadastro. Uma das medidas que está já em andamento é a central de risco do Banco Central, na qual todas as transações de todos os clientes do sistema bancário são registradas. O que permite, portanto, que um determinado cliente que queira mudar de banco, porque tem condições mais favoráveis no outro, possa autorizar o outro banco a ter acesso ao seu cadastro.

Essa central de risco cobre apenas as operações acima de 5 mil reais. O Banco Central já está investindo fortemente no sentido de que a cobertura alcance operações acima de 3 mil reais e, depois, acima de mil reais. Depois disso, serão considerados valores ainda menores. Estamos trabalhando nesse sentido. Existem também projetos que vão permitir a portabilidade do cadastro positivo. Questão importante que está em andamento é a da portabilidade do crédito. Essas são medidas que também estão sendo discutidas.

Em resumo, Deputado, hoje as condições de estabilidade já permitem um trabalho intenso de melhora da competição entre os bancos. Existe um projeto em andamento nesta Casa que define as funções do CADE e do Banco Central na questão da análise da competição bancária. É um projeto que pode, inclusive, ser aperfeiçoado nessa mesma direção. O próprio Supremo Tribunal está decidindo a questão da aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas operações bancárias. Existe uma lista extensa de trabalho visando a exatamente aumentar o nível de competição no sistema. Em consequência, vemos uma queda paulatina dos *spreads* bancários, com maior solidificação da estabilidade.

Em relação às dívidas cambiais domésticas, basicamente, eram títulos do Governo Federal emitidos, denominados em reais, porém indexados ao dólar. Além do mais, o Banco Central também adotou outro mecanismo na mesma direção, os *swaps* cambiais, por meio dos quais ele vendia dólares no mercado futuro. Após fazer um contrato, vendia dólar à taxa presente, corrente, para entrega virtual futura. É outra forma de endividamento indexado ao câmbio, na medida em que, houvesse a desvalorização do real, o Banco Central teria uma despesa; houvesse a valorização do real, o Banco Central teria uma receita.

O que ocorreu? Em primeiro lugar, o Tesouro Nacional deixou de emitir papéis indexados ao câmbio. Essa já foi a primeira fonte de diminuição do endividamento. Quando venciam esses papéis, eles não eram renovados. Essa é uma parte.

A segunda parte é o chamado *swap* cambial reverso. Ao invés de o Banco Central vender dólares futuros, passou a comprá-los no mercado. Quer dizer, o Banco Central não só comprou dólares no mercado, à vista, para composição de reserva — portanto, dólar físico —, como também começou a fazer uma operação contrária no mercado futuro. Ao invés de vender dólar futuro, passou a comprá-lo. Suponhamos que tivéssemos um título cambial em real equivalente a 1 milhão de dólares vencendo no dia 8 de março de 2007. Considerando que o Banco Central compre dólares para o mesmo dia, terá, naquele momento, um passivo de 1 milhão de dólares e um ativo de 1 milhão de dólares. Portanto, diminuiu a dívida. E como pode ser negativa a dívida? Exatamente chegando ao ponto em que o Banco Central tenha mais ativos denominados em dólares do que passivos denominados em dólares. Que tipo de ativos? Contratos futuros de câmbio, comprados pelo Banco Central no mercado futuro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

**O SR. SENADOR VALDIR RAUPP** - Sr. Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Moreira Franco; Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, Deputado Carlos Mota; Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; Srs. Diretores, na verdade, são 3 considerações rápidas, 3 perguntas.

Sabe-se que o núcleo da inflação é composto por energia, combustíveis. A PETROBRAS teve, no ano passado, lucro líquido recorde de aproximadamente 12 bilhões de dólares, quase 30 bilhões de reais. Isso porque o custo de 1 barril de petróleo produzido no Brasil é de 6 a 7 dólares. A PETROBRAS vende o barril de petróleo para o mercado interno pelo preço internacional, que hoje fica em torno de 60 dólares. A pergunta: não seria uma sábia decisão governamental diminuir o lucro líquido da PETROBRAS e repassá-lo ao mercado interno para baixar a inflação? Parece que esse modelo está sendo usado na Venezuela, por isso seu PIB está crescendo a 8%, 10% ao ano.

Vou fazer a segunda pergunta. Sabe-se que o Governo Federal quase diariamente intervém no mercado de câmbio, adquirindo dólares, especialmente para conter a sua queda, o que faz com que o Brasil aumente suas reservas cambiais, que hoje estão em torno de 83 bilhões de dólares, como disse V.Exa. O Governo Federal teria hoje alternativa para manter a estabilidade da moeda norte-americana sem se valer dessa prática artificial para conter a queda do dólar ou valorizá-lo em nosso País, com o objetivo específico de salvaguardar as exportações e a indústria nacional?

Agora a terceira pergunta. O Brasil tem hoje os juros reais, nominais mais altos do mundo, o que impede o tão sonhado desenvolvimento sustentável defendido pelo Governo Federal, que almeja um crescimento, no próximo ano, de 5% ou 6% do PIB. Sabe-se que os juros altos são um malefício para a economia brasileira. O Governo Federal, no novo mandato, tem saída mais ousada para diminuir drasticamente as taxas de juros reais no País? Por que a redução de juros reais não chega aos consumidores como deveria chegar?

São essas as perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Sr. Presidente do Banco Central, V.Exa. tem a palavra.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Sr. Senador, quanto ao lucro da PETROBRAS, tenho a dizer que a experiência de diversos países do mundo de subsidiar o preço da energia não tem sido necessariamente bem-sucedida. Isso cria uma série de distorções nos incentivos à produtividade, ao consumo. Há exemplos recentes de alguns países, que têm abandonado gradualmente a política de subsídio ao consumo de energia. O preço da energia é real, ela é comercializada a determinado preço, que é produto da oferta e da demanda no mercado mundial. Alguns países que executaram esta política de manter preços artificiais de energia tiveram dificuldades fiscais importantes a longo prazo.

O Brasil não é um país que tenha sobra de recursos fiscais que lhe permita procurar novas formas de despesas públicas ou não se preocupar com receita. Não nos devemos esquecer de que o maior acionista da PETROBRAS, em última análise, é o Governo Federal. Isso faz parte do resultado primário do Governo. Se o Governo deixasse de ter essa receita, teria que buscar receita em outro lugar ou cortar despesas. O equilíbrio indica que a política mais prudente é manter os preços atualizados aos níveis de mercado.

A respeito da intervenção e das compras do Banco Central, não temos no Brasil, Senador, uma política de meta de câmbio. Já tivemos no Brasil uma política de metas de câmbio na década de 90, que não foi bem-sucedida. O Brasil tem um sistema de flutuação de câmbio, que é o sistema mais moderno, e um regime de metas de inflação. A cotação do dólar é determinada pelo mercado. Em diversos países, tentativas de controlar a taxa de câmbio por meios artificiais têm sido malsucedidas.

Existem variações na sistemática de acumulação de reservas em países, por exemplo, como Rússia, Argentina e, de certa maneira, Chile. Eles taxam as exportações e constituem fundos de estabilização. São normalmente países que têm uma exportação muito concentrada. No caso da Rússia, petróleo; no caso do Chile, cobre; no da Argentina, *commodities*.

Intervenções no sentido de se tentar controlar o preço da moeda externa, igualmente tentativas de controlar preços na economia, de uma forma ou de outra, têm sido malsucedidas. No Brasil, já tivemos várias experiências na década de 80, congelamento de preços dos produtos, dos bens de consumo, as quais não foram bem-sucedidas.

Em relação aos juros, Senador, V.Exa. menciona uma saída ousada para diminuí-los. A ousadia tem que se dar no controle da inflação. Se a inflação está estabilizada, se os preços têm uma variação com uma inflação dentro da meta, os prêmios de risco e a incerteza caem; com isso, a taxa de juros real de mercado cai de forma consistente.

Experiências feitas em diversos países onde os respectivos bancos centrais tentaram baixar a taxa de juros artificialmente levaram a aumento da inflação e a aumento da taxa de juros real no mercado. Essa taxa é, de fato, a que influencia a atividade econômica.

Em relação à pergunta sobre o repasse para o consumidor da queda da taxa básica de juros, acredito que é a mesma feita pelo Deputado Jorge Bittar. Esse assunto está totalmente vinculado à maior estabilidade da economia e, principalmente, a um aumento da competição entre os bancos. Quanto a isso, mencionei toda aquela série de medidas com que se visa a aumentar a competição no sistema bancário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA** - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, temos longa experiência de ouvir o Presidente do Banco Central, que vem aqui a cada período prestar contas.

Estava falando com o Senador Augusto Botelho e o Deputado Geraldo Resende. Nós 3 somos médicos. Quando recebemos os papéis, os exames dos pacientes, eles estão bons, os exames estão sempre bons. Da mesma forma, cada Presidente que vem aqui apresenta exames bons, mas o paciente, às vezes, não está indo tão bem como mostram os exames, porque, no mundo real, vemos que há problemas de várias ordens.

Há alguns anos, o Banco Central, por um período, foi presidido por Gustavo Franco; depois, por Armínio Fraga. Há algum tempo V.Exa. preside esse órgão. No atual Governo, a política macroeconômica, dentro desse modelo, foi conduzida de forma correta por V.Exa. Realmente os exames estão melhores agora. Há certa impressão de que os exames estão melhores. O que questionamos, como o faz o Deputado Luiz Carlos Hauly, é o modelo econômico, esse modelo de juro alto, carga tributária alta e gasto público baixo, que o Brasil utiliza e que tem provocado um crescimento pequeno nos últimos 20 anos. E não temos sinais de que isso possa avançar. Dentro desse modelo, daqui a 10 anos, se estivermos aqui, vamos estar discutindo a mesma coisa, um crescimento pequeno. Os dados estarão indo bem, mas a economia não estará avançando.

Eu queria fazer algumas perguntas objetivas, Sr. Presidente. O Deputado Jorge Bittar já tratou do *spread* bancário e V.Exa. mostrou algumas coisas que está fazendo para tentar diminuí-lo. Abrimos a economia para os bancos internacionais sob a argumentação de que a concorrência diminuiria o *spread* bancário, e não conseguimos diminuí-lo. E estas medidas todas, transferência de conta-salário e outras, parecem ser muito singelas para produzir uma queda do *spread* bancário. O que o Brasil pode fazer em relação a isso?

A segunda indagação refere-se ao crédito. O Banco Central não tem uma política de crédito, não tem metas em relação a esse tema. O crédito para pessoas físicas e jurídicas tem aumentado, mas o Brasil tem crédito — não sei bem o número, 30% do PIB — ainda muito pequeno em relação ao que ocorre no mundo. Há uma pequena oferta de crédito, que é concentrado nas mãos de poucas pessoas. Nós mesmos criamos fundos de aval para os pequenos empresários, que sempre acabam na mão dos médios empresários, porque no Brasil não há garantia, e os bancos só emprestam quando têm 150% de garantia. Então, mesmo com esse crédito de acesso a essas pessoas, que ainda é pequeno, o próprio Governo é o maior tomador.

Em relação ao crescimento dos empregos formais, Ministro. Há vários trabalhos que mostram que o crescimento dos empregos formais decorreu da própria Justiça do Trabalho, mais do que do crescimento da economia. Houve uma maior formalização,



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

resultante de maior atuação dos órgãos de fiscalização. Esses números estão sendo analisados pelo Banco Central? Qual foi o impacto da atuação da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho, enfim, dos órgãos estatais no crescimento da economia?

Quanto a salário e consumo das famílias, houve um crescimento importante em números relativos, mas, quando se compara esse crescimento com o do restante do mundo, percebe-se que ainda é muito pequeno. É claro, o País cresce pouco, mas há período em que cresce mais, apesar de ser um crescimento relativo.

Gostaria de perguntar isto a V.Exa.: qual é seu posicionamento em relação à independência do Banco Central atualmente? Vai defender, no próximo Governo, que o Banco Central tenha independência?

Outra pergunta refere-se à dívida interna. Há um bom tratamento da dívida externa, a dívida interna também está caindo em relação ao PIB, mas ela é uma espada na cabeça da nossa economia, e é algo crescente. O que realmente vamos fazer para conter essa dívida interna, que consome do Tesouro mais de 100 bilhões por ano? A falta de recursos para a infra-estrutura — o País não vai crescer sem infra-estrutura — decorre dessa brutal transferência que se faz dos tributos para o sistema financeiro.

Finalmente, há uma sensação no País, abordada pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, de que o Brasil é o paraíso dos banqueiros. Na verdade, quando se fala que 200 empresas neste País tiveram um lucro enorme, quando se verificam essas empresas, percebe-se que a maioria delas, mesmo que sejam de comércio, são bancos disfarçados. Hoje é tudo banco. Loja que vende carro não é loja que vende carro, é banco, porque ela não vende carro, ela financia o carro. O mesmo ocorre com loja que vende geladeira. Se não tivesse geladeira, seria melhor, não precisaria levar a geladeira, porque ela ainda dá defeito. Essas empresas que têm lucros são bancos disfarçados, como as Casas Bahia e a GM, revendedora de carros. Elas não vendem produto, e têm uma lucratividade enorme.

Pergunto, Sr. Presidente: o Brasil é o paraíso dos banqueiros, se comparado ao restante do mundo? Há algum país em que os banqueiros têm situação tão boa como no Brasil?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Deputado, em relação às medidas que estão sendo tomadas, visando a aumentar a competitividade do sistema financeiro, não há em país algum do mundo uma única medida drástica, espetacular ou dramática com que se consiga isso. Já houve tentativas no passado, inclusive no Brasil, muitas vezes, de tabelamentos, de controle por parte do Governo, mas todas fracassaram. Isso gera distorções, problemas, corrupção e desvios de toda ordem.

Acompanhamos isso não só no Brasil, mas também em diversos países. Lembro-me de uma época em que visitei um país vizinho ao nosso, em que o Governo tabelou a taxa de juros, na época, em 180% ao ano, porque a inflação era alta naquele país. Com isso, e por outras razões também, não só essas, a inflação chegou a 2.000%. Um dos melhores negócios no País era o cidadão conseguir tomar o dinheiro num banco, ir ao exterior, comprar geladeira, televisão, o que fosse, armazená-lo, esperar 6 meses, vender o produto e ficar rico. Evidentemente, repartia, muitas vezes, com o gerente do banco.

Estou dando uma resposta que, evidentemente, não é significativa, é meramente ilustrativa. Mas o que quero dizer é que medidas autoritárias e intervencionistas normalmente não funcionam.

A conta-salário, medida eficaz e importante, não resolverá sozinha a questão. Eu listei uma série de medidas, todas elas no sentido de aumentar a competitividade no sistema bancário. Essas medidas, juntamente com a estabilidade da economia e a transparência, permitem maior expansão do crédito, com queda de preço.

Entrando em sua segunda pergunta, Deputado, sobre a questão do volume de crédito, digo a V.Exa. que não há dúvida de que o volume de crédito é pequeno se comparado com o de outros países. Temos um crédito total que atinge cerca de 33% do produto. Mas é importante mencionar que ele partiu de uma base de 22%. Não só na economia, mas também na vida, e até na sua área, a área médica, suponho, não há necessariamente passos gigantescos. O importante é crescer, é estar numa velocidade correta de crescimento.

A expansão do crédito no Brasil tem sido importante e substancial, também em relação ao número de tomadores. Se considerarmos, por exemplo, o número de tomadores do crédito consignado, vamos ver que tem, principalmente nas faixas de renda menor, aumentado significativamente.

Apresentei dados que mostram que a expansão do crédito em faixas de 1 a 2 salários mínimos, para o aposentado do INSS, por exemplo, foi a faixa que mais se expandiu no Brasil. Portanto, há uma expansão importante. De novo, temos um campo grande de expansão à frente.

A criação dos empregos formais e a melhora da eficácia da fiscalização representam um dado, mas não é o mais importante e único, Deputado. A criação de empregos formais é real. Existem dados de pesquisas do IBGE em relação ao emprego total, inclusive a empregos informais, que têm amostragem menor. Evidentemente, são dados do CAGED, que não são amostragens, são dados reais, de todo o País, enquanto os dados do IBGE dizem respeito às 6 maiores regiões metropolitanas apenas. Mas os dados são consistentes e mostram que há uma expansão, sim, real e importante do emprego no Brasil. Essa é a função principalmente do aumento da previsibilidade da economia e da estabilidade, que trará, em consequência, maior disposição das empresas para contratar e investir.

Em relação ao aumento do consumo, o Deputado menciona que a base é menor do que a de outros países. S.Exa. certamente tem razão. O Brasil tem uma renda *per capita* menor do que a dos países, por exemplo, ricos ou industrializados. Não há dúvida. Mas o importante é que o consumo está crescendo, o importante é que estamos na direção certa. De novo, em economia, não há saltos. O consumo, de fato, está crescendo. Como mencionei, a massa salarial este ano, em termos reais, cresceu 6,4% em comparação com a do ano passado. É um crescimento importante, Deputado, em qualquer lugar do mundo. Portanto, é essa a direção que temos de perseguir.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quanto à independência a que V.Exa. se referiu, Deputado, não cabe ao Banco Central, é evidente, opinar ou se posicionar sobre sua própria independência. Dito isso, não há dúvida de que experiências de diversos países mostram que bancos centrais autônomos tendem a ter sucesso, isto é, ter uma experiência positiva, com decréscimo mais pronunciado de taxas de juros reais e também com taxas de crescimento positivas.

É difícil analisar a questão isolando esse aspecto, porque existem outros aspectos ao mesmo tempo. Foi também o mesmo período em que foi implantado o regime de metas de inflação na maior parte dos países do mundo, foi um período em que a globalização avançou muito. Em resumo, existe uma série de fatores que podem ter influenciado, mas o fato é que, durante esse período, as taxas de juros reais médias no mundo caíram, principalmente naqueles países que adotaram regime de metas de inflação, com banco central independente, e abriram mais as suas economias.

V.Exa. mencionou a dívida interna. Eu diria que temos de olhar a dívida no total, a interna e a externa, o endividamento público global. Em termos nominais, sim, ela está subindo, inclusive pela inflação e pela apropriação de juros. Por outro lado, como percentagem do produto, que na nossa avaliação é o critério mais significativo, ela está caindo. Está um pouco abaixo de 50% do produto, já atingiu 62%. De novo, ela está caindo de forma segura. Pode-se, é claro, ter como meta valores menores do que esse. Mas o importante é o trabalho que está sendo feito, com vistas a que essa dívida caia. E ela está caindo como percentagem do produto.

No que diz respeito à posição do Brasil em relação a outros países, com referência à atividade de financiamento, particularmente de crédito, que foi mencionado pelo Sr. Deputado, eu diria que o sistema financeiro no mundo hoje é mais saudável do que já foi no passado. No Brasil já tivemos, no meio da década de 90, a quebra de diversas instituições financeiras importantes. Isso já é passado, pelo menos dentro da expectativa e da experiência que temos hoje. O sistema financeiro brasileiro hoje é muito mais sólido do que foi no passado.

Os níveis de lucratividade no sistema financeiro brasileiro hoje são compatíveis com os de outros segmentos da economia. Já foi mencionado aqui o fato de que as grandes empresas brasileiras hoje têm um nível de lucratividade muito maior que no passado; em algumas delas, maior do que o dos bancos. Os bancos não têm mais o maior lucro. Hoje, existem várias companhias que têm lucros maiores que os dos bancos.

O Deputado mencionou que o crédito é uma atividade muito importante. Mas, Deputado, temos de comparar essa afirmação com uma das observações iniciais, de que o crédito ainda é pequeno. Temos 2 coisas que são conflitantes. Não há dúvida de que o crédito no Brasil está crescendo, mas ainda é pequeno quando comparado com o de outros países. Na realidade, essa atividade de concessão de crédito tenderá, no Brasil, com a estabilidade, a aumentar muito mais. No Brasil, representa 33% do produto; no Chile, 70%; nos Estados Unidos, 120%. Isso significa que a tendência, de fato, é aumentarmos o crédito, para possibilitarmos à população maior acesso de compra e às empresas financiamento do investimento.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - O Presidente Henrique Meirelles tem um problema de horário. Para darmos mais agilidade aos trabalhos e oportunidade a todos os Parlamentares de apresentarem suas indagações, S.Exa. poderia responder às perguntas de 3 Parlamentares de cada vez.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, muito prazer.

No Brasil, o programa de microcrédito do Governo Federal foi, quanto a sua conceituação, importante: oferecer crédito, de consumo e de produção, para que ocorresse a democratização do acesso ao crédito. No entanto, acabou havendo dificuldades na operacionalização disso, pela concentração bancária muito forte, que inibe a presença do usuário do microcrédito na agência, pela dificuldade dos bancos formais de operacionalizar o microcrédito e pela inexistência ou insuficiência de rede de cooperativas de crédito, de bancos regionais ou locais que pudessem operacionalizar com maior facilidade esse programa. É óbvio que temos de reconhecer que houve um avanço em relação a essa matéria no Brasil, mas ainda é muito insuficiente.

As perguntas que dirijo ao Presidente do Banco Central são as seguintes: o que fazer para efetivamente se democratizar o acesso ao microcrédito? Será que incentivar as cooperativas de crédito no Brasil, que têm uma série de dificuldades para permanecer existindo, não seria uma das maneiras para se ter acesso a essa oferta? No ato da oferta, o que poderia ser feito a mais para se aumentar, além da redução do depósito compulsório dos bancos, a oferta de microcrédito no País? Qual é a forma dessa rede bancária para permitir que o pequeno usuário do microcrédito possa acessá-lo? O que fazer para se aumentar a oferta de microcrédito, tanto daquele direcionado ao consumo quanto, principalmente, do voltado para a produção, já que o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, na qual há um dispositivo que estabelece diferenciação relativamente ao acesso ao microcrédito?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Moreira Franco) - Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Sr. Presidente, tenho 2 perguntas a fazer, e a segunda pergunta depende da resposta à primeira. Tentarei ser bem objetivo.

Sr. Presidente Henrique Meirelles, é um prazer recebê-lo nesta Comissão. Como membro da Subcomissão da Liquidação de Instituições Financeiras, cujos trabalhos findamos hoje, e Senador por Minas Gerais, tenho algumas dúvidas. Portanto, é muito oportuna a presença de V.Exa. nesta Comissão.

A fim de tranquilizar o mercado quanto ao papel de xerife inerente ao Banco Central, peço que nos preste esclarecimentos. Primeiro, é possível que um ativo de determinada instituição financeira, o qual esteja em custódia do Banco Central, seja utilizado como lastro de uma operação que beneficia outra instituição financeira, seja no mercado interno, seja no mercado externo, seja em moeda corrente brasileira, seja em outra moeda qualquer?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Eu gostaria que o Senador esclarecesse um pouco melhor a pergunta.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Pois não.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - A que tipo de ativos, especificamente, V.Exa. se refere?

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Títulos, por exemplo, como aqueles do PROER, para o qual foram criados esses recursos, moeda dessa natureza. Estou tratando de instituições financeiras que faliram no País. Então, surgiu essa dúvida na Comissão. E o momento é oportuno para a resposta de V.Exa.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Vou dizer a V.Exa. como funciona a questão das garantias dos empréstimos do PROER — que não responderá exatamente a sua pergunta. Esclarecerei as garantias do empréstimo do PROER: o Banco Central, no meio da década de 90, efetuou empréstimos a determinadas instituições que estavam sendo objeto de intervenção. Essas instituições em intervenção adquiriram títulos no mercado — a maior parte, títulos do Tesouro Nacional — e os ofereceram em garantia ao Banco Central pelos empréstimos do PROER. É uma operação simples: há uma instituição devedora; essa instituição dispõe, no seu ativo, de títulos, que são, no caso, obrigações do Tesouro Nacional; essa instituição deve ao Banco Central; ela oferece esses títulos como garantia real ao empréstimo do Banco Central do Brasil. Trata-se, portanto, de operação legal, legítima e usual relativamente a concessão de garantias e empréstimos em qualquer lugar do mundo.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Mas o Banco Central pode usar esse título calçando uma outra dívida, de repente, um empréstimo externo para o nosso País, por exemplo, ou para uma outra instituição, em qualquer tipo de moeda?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - De novo, o Senador poderia ser mais específico?

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Se não tiver a instituição financeira devedora e a credora, pode uma terceira instituição usar isso como caução?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Senador, V.Exa. se refere a quê?

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Vou repetir a pergunta: é possível um ativo qualquer de uma instituição qualquer que esteja sob custódia do Banco Central ser utilizado como lastro para uma outra operação que não diretamente ligada em benefício de uma outra instituição financeira?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Eu não tenho conhecimento da operação a que o Senador se refere. Se V.Exa. mencionar uma operação específica, eu vou dar uma resposta específica a V.Exa. Caso contrário, vamos ficar discutindo aqui teorias jurídicas, o que não é o caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente. Eu pediria a V.Exa. que fosse bem objetivo. Cumprirei o Regimento. Vou conceder 5 minutos a cada Parlamentar.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Está bem. São apenas 2 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Pois não, Senador.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Caso isso esteja acontecendo, Presidente Henrique Meirelles, qual é a atitude que o Presidente do Banco toma? Caso isso aconteça, se for comprovado — estamos fazendo alguns trabalhos na Comissão —, se houver um caso como esse, qual seria a posição do Presidente do Banco Central?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Conclua, Senador, por favor.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Eu prefiro não dar nomes, porque estamos fazendo levantamentos. Eu queria saber se é lícito usar o recurso de uma instituição que está em liquidação para servir de lastro para uma outra que não tem nada a ver com aquele negócio?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Conclua suas perguntas, para que S.Exa. responda. V.Exa. vai ter direito a réplica, se não ficar satisfeito com a resposta.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Se isso estiver acontecendo, eu queria saber se é lícito ou não permitir que esse papel seja utilizado por outra instituição que não seja a proprietária desse papel. Às vezes, está sendo servindo de lastro para uma instituição que não seja proprietária daquele papel. E a instituição que está sendo beneficiada, caso isso esteja acontecendo, pode ser considerada inidônea?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Senador. Após resposta, se V.Exa. não ficar satisfeito, poderá valer-se da réplica.

Com a palavra o Deputado Carlito Merss, que dispõe de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** - Sr. Presidente, sei que o Presidente do Banco Central tem que ir ao Palácio do Planalto. Com certeza, muitos de nós que fazemos parte do grupo de trabalho sobre medidas de desoneração, talvez até sobre o esboço de uma reforma tributária, tão ansiada por todos nós, não vamos incomodar muito S.Exa.

Eu queria que ainda estivesse aqui o Deputado Luiz Carlos Hauly. Sei que S.Exa. segue um padrão. Há 8 anos convivo nesta Casa com S.Exa. Sei que bate, bate, usa seus argumentos, e nem nos permite fazer o questionamento.

Quando V.Exa. respondeu sobre a questão da política de câmbio, fez-me lembrar de um Presidente do Banco Central do Governo anterior que, durante 4 anos, brincou de fixar dólar 1 por 1, e agora virou colunista de uma revista semanal. Então, é fácil, não é? Age como se não tivesse nada com isso. E ouvi hoje aqui algumas pessoas questionando a situação como se não tivessem nada com isso.

É óbvio que há uma ansiedade, é óbvio que nós todos queremos, como os médicos que nos precederam, sarar o paciente. Agora, tenho certeza de que o Deputado Fernando Coruja, ao ministrar os remédios — vejam: ministrar; que coincidência! Tem tudo a ver medicina com economia —, não vai dar uma dose muito forte para o paciente, que o vai tomar durante certo tempo. Na economia também é assim.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Sr. Presidente, quais são as expectativas sobre a SELIC e a TJLP? Com certeza, o grupo de trabalho está fazendo estudos sobre isso, mas queremos que os nossos empresários e investidores possam ampliar suas empresas. A TJLP é a base dos empréstimos. Está em 6,85%, se não me engano. A SELIC gera ansiedade também. Gostaria de saber se existe alguma expectativa sobre a SELIC e a TJLP. Sem causar *frisson* no mercado, o Banco Central poderia dizer: “*Olha, gostaríamos de chegar a 2007 no percentual tal*”.

Sobre a relação dívida e PIB, estamos percebendo que está em 49,5%. O ideal seria que estivesse na faixa de 30%, como no início do Governo anterior.

Quando discutimos há alguns meses a Lei de Falências, lembro que um dos principais argumentos que me convenceram a ajudar para que fosse aprovada aquela lei era o de que essa dúvida jurídica fazia com que os juros e o *spread* fossem altos e que a referida lei poderia, de certa forma, também ser um elemento para baixar o *spread*. Já existe algum estudo do Banco Central — não vi dados sobre isso nessas planilhas — que possa afirmar que a Lei de Falências trouxe simplificação e fez com que o *spread* bancário baixasse? Só reforço isso porque foi um dos argumentos muito usados na época em que discutimos a aprovação dessa lei.

Basicamente, são estas as questões: que perspectivas teríamos relativamente a SELIC, TJLP, *spread* e relação entre dívida e PIB a médio prazo, em 1 ano ou, no próximo Governo, até 2010? Em que cenário estaríamos trabalhando hoje ao continuarmos de forma serena, responsável para melhorar os nossos índices macroeconômicos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Carlito Merss.

Com a palavra o Deputado Jorge Boeira, que disporá de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco Central, a taxa de juros é o principal obstáculo para o crescimento econômico do País. Essa foi a tese central apresentada pelos Deputados da Oposição, com a qual todos concordamos. A taxa de juros é o principal obstáculo para o crescimento do País, mas a taxa de juros atual é a menor das últimas décadas.

É necessário que se diga ao Deputado Luiz Carlos Hauly e àqueles que nos antecederam e que já saíram que o principal obstáculo para a redução da taxa de juros é o tamanho da dívida pública em relação ao PIB, o que nos provoca muitas dificuldades. Era de 62% e, segundo as exposições, já está em torno de 49,5%.

Essa dívida pública foi construída durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, em decorrência de política fiscal leniente e da lógica da paridade cambial, que facilitou muito as importações, e dificultou as exportações, fazendo com que o déficit em conta corrente, então na casa de 2 bilhões de dólares por ano, fosse para mais de 33 bilhões de dólares. Aquele Governo, para manter a política econômica, vendeu praticamente todo o patrimônio público, construído durante mais de 50 anos pela sociedade brasileira. Quando não tinha mais estatal para vender, aumentou a carga tributária, de 27% para 35,5%.

Quem se lembra — lembrei isso ao Deputado Luiz Carlos Hauly — do Pacote 51, que aumentou a CPMF, de 0,2% para 0,38%, a COFINS, de 2% para 3%, os combustíveis e vários outros impostos? Esse foi o quadro econômico que recebemos, essa foi a herança estrutural que recebemos. Naquele momento, a sociedade clamava exatamente por estabilidade econômica. Hoje estamos falando de Risco País de 200 pontos, e, naquele momento, era de 2.400 pontos; o dólar equivalia a 4 reais; a inflação era de 3% ao mês, e a taxa de juros, de 25%. A taxa de juros hoje é de 13,25%, e a expectativa é de que caia para 11% no final de 2007. Em 2008, com certeza teremos taxas que nos vão permitir um crescimento econômico acelerado.

Em função da situação e do quadro econômico do País, escutamos nas ruas vozes anônimas dizendo que o País está melhor, que o povo está comendo melhor. Isso nos dá a convicção de que estamos no caminho certo e de que o País vai crescer muito sob o comando do Presidente da República.

Um abraço, e parabéns a V.Exa. pela condução firme da política monetária no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY** - Sr. Presidente Deputado Gilmar Machado, Sr. Ministro e Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, em sua exposição pudemos verificar que houve a evolução de um conjunto de indicadores da economia brasileira ao longo destes 4 anos, notícia muito positiva, em especial a diminuição da dívida pública sobre o PIB, o comportamento positivo do setor externo da economia, o aumento do nível de emprego, da massa salarial. O ponto que ainda não está bom é justamente a taxa de crescimento, assim como a evolução também do pagamento de juros sobre a dívida pública, que pesa muito sobre a economia brasileira.

Solicitei os dados a V.Exa. porque, na sua exposição inicial, não foram mostrados os números que normalmente V.Exa. costuma trazer em suas vindas a esta Casa. Até sugiro que possamos ver novamente a tabela, para que V.Exa. possa fazer uma previsão. Felizmente obtive-a, e gostaria de recordar que em 2003, quando V.Exa. compareceu a esta Comissão, tendo havido uma evolução, em que os juros nominais apropriados tinham passado de 114 bilhões de reais, 8,47% do PIB em 2003, para 145 bilhões de reais, ou 9,33%, V.Exa. afirmou que haveria uma melhora no ano seguinte, como de fato aconteceu; em 2004 pagamos 128 bilhões de reais, correspondentes a 7,26% do PIB. Entretanto, em 2005 e 2006, a evolução deixou de ser tão positiva, ou seja, de diminuir conforme a sua previsão. Em 2005 passamos para 157 bilhões e 145, ou 8,11% do PIB, e em 2006, até outubro, pagamos 158 bilhões e 565, ou 7,89%, segundo os dados do próprio Banco Central.

Pois bem, agradeço se V.Exa. puder, à luz dessas informações fornecidas por sua própria assessoria, fazer um prognóstico dos fatores dessa evolução e dizer como poderemos fazer uma previsão para o ano de 2007, se de fato isso vai melhorar. Faça essa



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pergunta porque, ao examinar a ata do COPOM, de certa forma o raciocínio implícito ali preocupa-nos. Por exemplo, a modesta diminuição de 0,5% percentual da meta para a SELIC na última reunião encontrou oposição por parte de 3 dos 8 integrantes do COPOM ali presentes. Esses 3 membros queriam uma diminuição de apenas 0,25%. A ata registra: *"Houve consenso entre os membros do comitê de que os diversos fatores respaldariam tal decisão, mas a maioria entendeu que era cedo para reduzir o ritmo de flexibilização da política monetária"*. Estou preocupado porque de repente esses 3 podem tornar-se 5.

Vou citar outra observação que consta da ata do COPOM: *"Tendo em vista os estímulos já existentes para a expansão da demanda agregada, a referência aqui é aos estímulos fiscais desde o último trimestre de 2005. Com as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária e a menor distância entre a taxa básica de juros correntes e as taxas de juros que deverão vigorar em equilíbrio no médio prazo, o COPOM entende que a preservação das importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na manutenção do crescimento econômico, com geração de empregos e aumento da renda real, demandará que, a partir de determinado momento, a flexibilização da política monetária passe a ser conduzida com maior parcimônia"*.

Ora, será que já está na hora de diminuir o ritmo de decréscimo da taxa de juros, considerando que ainda temos uma taxa SELIC de 13,25%, o que corresponde a uma taxa real *ex ante* da ordem de 8,7%, ainda muito superior à média internacional?

Finalmente, o outro ponto sobre o qual gostaria de indagar refere-se a uma questão que me pareceu não estar contida na ata do COPOM. Trata-se do assunto crucial do câmbio, seus efeitos sobre a competitividade da economia e a relação do estabelecimento da taxa SELIC com o câmbio. Pareceu-me que, pelo menos quanto ao que foi transmitido ao público sobre a ata do COPOM, não houve uma reflexão sobre isso, como se o problema não estivesse existindo, e a teoria econômica indica que a persistência de uma política monetária muito parcimoniosa, para usar um termo muitas vezes presente no COPOM, contribui para manter elevado o valor externo da moeda brasileira. Inversamente, uma diminuição mais expressiva da taxa de juros poderia contribuir para amenizar esse problema da sobrevalorização cambial, favorecendo a rentabilidade e a competitividade de setores que justamente exportam e daqueles que concorrem no mercado doméstico com importações de bens e serviços. Será que não seria importante examinar a possibilidade de haver uma combinação dos efeitos da política de taxa de juros e da política cambial que viesse a favorecer o crescimento dos investimentos, da capacidade produtiva, contribuindo com isso para um objetivo importante, com o qual estou de acordo, qual seja, a estabilidade de preços?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado José Carlos Machado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO** - Sr. Presidente do Banco Central, concordo com o Deputado Fernando Coruja quando enumerou as dificuldades que ele, como médico, tem para entender a economia brasileira. Imagine eu, que não sou médico! Mas sou curioso, e acho que nada há de mais complexo no mundo do que a economia brasileira.

É quase um consenso entre todos nós a necessidade de o País crescer. Falou-se num crescimento de 4%, ou próximo disso, no ano de 2006, mas concluímos que nosso crescimento será menor do que 3%, e na América Latina só vamos superar o Haiti, a exemplo do que aconteceu ano passado.

Na campanha, o Presidente Lula disse, de forma muito clara, que as fundações estavam prontas, as paredes erguidas, o madeiramento do telhado já posto, só faltando cobrir a casa, e portanto o Brasil cresceria tranquilamente 5% no ano de 2007. A equipe econômica, porém, já recuou desses números. Eu, curioso que sou, fico perplexo, atônito, sem entender absolutamente nada.

Em tempos anteriores, quando se buscava o crescimento, ou se aumentava a carga tributária, ou se tomava dinheiro emprestado, elevando-se a dívida. Hoje, chegamos à conclusão que não é mais possível elevar-se a carga tributária. Elevar uma carga tributária próxima dos 40% seria trágico.

A relação dívida/PIB vem diminuindo; hoje já está próxima de 49%. Acho que a boa política manda que continuemos lutando para torná-la decrescente.

Crescer faz-se imperioso, e isso demanda investimento. Há 10 ou 15 anos os investimentos públicos e privados eram da ordem de 25% a 30% do PIB. Desses, parece-me que o poder público era responsável por algo em torno de 10%. No Brasil houve tempos em que o Poder Público fazia investimentos dessa ordem. Se eu estiver errado, Sr. Presidente, corrija-me, mas os números são próximos aos que estou citando. Hoje, porém, os investimentos públicos não passam de 2% ou 3%. Quero, portanto, olho no olho, Sr. Presidente, ouvir de V.Exa. o que devemos fazer para alcançar realmente esse crescimento.

Fala-se muito em diminuir as despesas não obrigatórias. Se reduzirmos essas despesas em 2 bilhões ou 3 bilhões de reais, isso nada significará. O de que precisamos é voltar aos níveis de investimentos próximos ou parecidos com aqueles de 10 ou 15 anos atrás.

O que fazer, Sr. Presidente do Banco Central, para voltarmos a ter neste País um crescimento sustentável, próximo aos números da média mundial, que fica entre 5% e 6%? Basta essa medida?

O superávit está elevado. O Deputado Delfim Netto fala em déficit nominal zero, o que significa que deverá ser aumentado o superávit. Então, com absoluta segurança e honestidade, diga a este brasileiro, um Deputado curioso, o que o Governo precisa fazer para retomarmos o crescimento e chegarmos, no próximo ano, a uma taxa próxima à média mundial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Deputado Machado. Vamos votar o Orçamento hoje, e assim poderemos ajudar.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Mattos, último inscrito.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO MATTOS** - Sr. Presidente, quero agradecer-lhe, em primeiro lugar, a deferência. Realmente, eu não pretendia pronunciar-me, pois estava razoavelmente contemplado pelos questionamentos, mas recebi um telefonema de alguém que está assistindo a esta reunião, um dirigente de indústria têxtil do Estado de Minas Gerais muito importante para mim e para





## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

o Brasil, que se mostrou extremamente preocupado com a situação desse setor da economia, talvez o setor nuclear da economia de qualquer país, porque abrange desde a agricultura, passando pelas exportações, até o consumo interno. Portanto, é um setor estratégico da economia brasileira que está sofrendo solução de continuidade em seu desenvolvimento, principalmente porque há uma discrepância entre o valor da nossa moeda e o dólar. Além desse problema ele levantou outros, que talvez não digam respeito ao Banco Central, mas esse, sim, aliado às taxas de juros, vem incomodando, prejudicando, fazendo com que a indústria de confecção e a indústria têxtil do País se sintam desestimuladas para produzir.

Por outro lado, essas mesmas empresas vão sendo estimuladas a importar produtos da China a um preço muito mais razoável e compensador, do ponto de vista monetário, mas isso significa um verdadeiro caos para a economia e o mercado de trabalho do nosso Brasil. Diante disso, gostaria de saber, em nome desse interlocutor, se há alguma estratégia do Banco Central para talvez reduzir essa discrepância do valor da nossa moeda em relação ao dólar e fazer com que os exportadores brasileiros se sintam atendidos pelo nosso Governo e em melhores condições de competição no mercado externo. Incluo aí também o setor de calçados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Sr. Henrique Meireles, Presidente do Banco Central, para suas respostas e considerações, ressalvado o direito à réplica, se algum Parlamentar desejar usá-lo.

**O SR. HENRIQUE MEIRELES** - Em primeiro lugar, respondo a pergunta do Deputado Eduardo Valverde, referente à questão da democratização do acesso ao microcrédito, ao aumento da oferta desse instrumento, e também ao papel das cooperativas como possível canal para o aumento não só da oferta como do acesso. Começando com a questão do acesso, da democratização, acredito muito na portabilidade dos cadastros e no acesso à informação; quer dizer, é muito importante que todos os possíveis tomadores tenham a possibilidade de negociar com o maior número possível de instituições, e para tanto tenham condições de levá-las o seu histórico. É importante que aqueles que não têm histórico também tenham possibilidade de acesso.

Existem algumas medidas importantes nesse sentido, inclusive a questão do cadastro positivo. Há um projeto nesse sentido em andamento na Câmara e no Congresso. Há também algumas medidas no âmbito do Executivo que estão sendo discutidas, que vão nessa direção. São importantes porque vão viabilizar que os cadastros sejam livremente disponíveis. Digo isso porque no caso da Central de Risco, por exemplo, será necessário um certo tempo para que ela consiga cobrir todas as operações do País, inclusive o microcrédito, pela abrangência do sistema. A Central de Risco, por definição, é um instrumento centralizado, e portanto existe a questão de capacidade de comunicação do sistema. Essas medidas que estão sendo tomadas e as que estão sendo discutidas, inclusive no Congresso, referentes à questão do acesso ao cadastro produtivo, são importantes e vão nessa direção.

Deputado, creio que a sua pergunta foi diretamente sobre a questão das cooperativas. As cooperativas de fato são o grande caminho para a maior democratização do crédito e do acesso ao microcrédito. Temos principalmente examinado a questão das cooperativas de livre acesso, porque as de acesso restrito têm um papel importante, já existem em número expressivo no Brasil, mas atendem apenas a um segmento específico, e o tomador do microcrédito não é necessariamente parte daquele segmento. Portanto, a cooperativa de crédito de livre acesso parece-me que vai atender a essa demanda.

O Banco Central tem aprovado um número importante de novas cooperativas nos últimos anos. Por exemplo, foram aprovadas 180 cooperativas normais nos últimos 3 ou 4 anos, e 120 cooperativas de crédito de livre acesso, um número inédito. Portanto, já existem no Brasil 120 cooperativas de crédito de livre acesso aprovadas nos últimos anos, e esse número continua a crescer. Este ano mesmo aprovamos, Deputado...

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** - V.Exa. disse 120 mais 180?

**O SR. HENRIQUE MEIRELES** - Sim, 120 mais 180, num total de 300 aprovadas nesta gestão. Nesta semana, ontem mesmo, aprovamos mais uma cooperativa de crédito de livre acesso. Portanto, esse é um processo constante, é uma prioridade do Banco Central, e os efeitos disso vão ser sentidos ao longo do tempo, porque todas essas cooperativas estão começando a operar no Brasil inteiro. Alguns Estados de maior tradição cooperativista têm uma concentração maior do que outros, mas nós estamos vendo hoje a criação de cooperativas em todo o País, amparadas pelas suas centrais. Creio que isso está indo na direção correta.

Senador Aelton Freitas, uma das características mais importantes da eficácia de um trabalho de um Banco Central em qualquer área é exatamente a responsabilidade e a precisão dos seus pronunciamentos e das suas respostas. Então, uma das normas de governança em Banco Central é não se pronunciar por hipóteses ou por situações teóricas. Portanto, minha sugestão, Senador Aelton Freitas, é de que, caso haja uma pergunta específica na Comissão sobre uma transação específica de algum banco, de alguma instituição, em liquidação ou não, por favor, encaminhe-a formalmente ao Banco Central que nós faremos a análise, tanto o Departamento Jurídico como as áreas técnicas. Teremos também toda a satisfação e o prazer de lhe dar a resposta o mais prontamente possível, e juridicamente suportada pela legislação vigente no Brasil e pelas normas fiduciárias do Banco Central. Além do mais, quero acrescentar que o Banco Central age na estrita obediência à lei. Vamos pronunciar-nos sobre qualquer operação específica nos estritos termos da lei.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Permite-me V.Exa., Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Tem V.Exa. a palavra, Senador.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Eu vou ser mais objetivo. Pergunto se um ativo qualquer de uma instituição financeira — eu peço permissão para não citar nomes aqui, porque acho que não cabe — que esteja sob custódia do Banco Central pode ser utilizado como lastro de uma operação em benefício de uma outra instituição que não a outra ponta, de uma terceira instituição. A resposta é sim ou não. V.Exa. sabe muito bem. Caso V.Exa. não queira responder, compreendo.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Senador, a resposta não é sim ou não. Essa é uma pergunta teórica, absolutamente indefinida. Portanto, peço a V.Exa. que envie para o Banco Central do Brasil a operação específica, o número do título, o nome, e V.Exa. terá uma resposta precisa.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Só completando: caso isso aconteça, que atitude o Presidente do Banco toma? Que atitude o Presidente do Banco toma se estiver acontecendo isso?

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Vou repetir a V.Exa. que nós não podemos pronunciar-nos sobre hipóteses.

**O SR. SENADOR AELTON FREITAS** - Está entendido.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Eu gostaria de dizer novamente que o Banco Central do Brasil age em estrita obediência à lei. Se houver uma operação específica, vamos analisar essa operação e pronunciar-nos nos termos específicos da lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado. Nós vamos fazer esse pedido por escrito, e vamos aguardar a resposta do Banco Central.

Por favor, conclua.

**O SR. HENRIQUE MEIRELLES** - Agora vamos às perguntas do Senador Suplicy. Senador, quanto à sua questão, em relação a 2003 de fato houve um aumento em 2005, mas já houve uma diminuição em 2006. E V.Exa. pergunta sobre as tendências. Isso remete-nos também à pergunta do Deputado Carlito Meross. S.Exa. pergunta-nos sobre a perspectiva e a tendência da evolução da relação dívida/PIB. Eu estou conjugando as duas perguntas, visando simplificar a resposta. Em resumo, e última análise, a pergunta é: como vai, dentro das previsões, prosseguir a questão da dívida pública, no que diz respeito ao pagamento de encargos? Qual é a previsão do pagamento de encargos e juros? E, segundo, qual é a evolução da relação dívida/PIB?

Em relação às previsões de encargos da dívida pública, eu vou citar aqui as previsões consensuais de mercado, porque o Banco Central não pode comprometer-se com uma previsão específica, na medida em que depende de várias coisas: do superávit primário, da evolução das despesas e receitas da União, das decisões do Orçamento que ainda serão tomadas, do crescimento do País, da taxa de inflação, de uma série de fatores. Então, nós podemos apenas fazer previsões baseadas em estimativas de mercado, e essas estimativas de mercado, em relação aos juros nominais como percentagem do produto, são cadentes; este ano, dentro dos números mencionados pelo Senador, ou até o final do ano, são um pouquinho menores.

Temos uma expectativa de mercado de juros nominais cadentes, como percentagem do PIB, evidentemente com reflexos na relação dívida/PIB, hoje pouco abaixo de 50% do PIB, e o mercado prevê uma evolução para pouco acima de 49% em 2007, pouco acima de 47% em 2008 e 2009, chegando a 2010 um pouco abaixo de 43%. Essa previsão de mercado está sujeita, de novo, a toda uma série de variáveis, entre as quais os Orçamentos da União, que serão aprovados nesta Casa, não só para este como também para os próximos anos.

Em relação a como se podem conjugar os juros com o crescimento, a experiência mundial tem mostrado que a melhor contribuição que o Banco Central pode dar ao crescimento do País é manter a inflação na meta. Se assim for feito, consistentemente, a expectativa é de que os prêmios de risco caiam, fazendo com que as taxas de juros reais tendam a cair. Dessa forma, as famílias podem planejar com maior antecedência e as empresas podem investir. Aumentando o investimento, o País pode crescer a taxas um pouco mais elevadas.

Evidentemente, o crescimento do Brasil hoje não é o desejado, mas é bem superior ao que prevaleceu nas últimas duas décadas. Então, o País está caminhando na direção correta. É óbvio que existe uma série de outras medidas, um número muito grande de fatores que extrapolam a política monetária e não são exatamente relacionadas a ela. A política monetária visa garantir a estabilidade da moeda, condição fundamental para o crescimento econômico. A partir daí há uma série de outros fatores de produtividade que vão muito além dessa política.

Antes de mais nada, desejo agradecer ao Deputado Jorge Boeira a manifestação de apreço e reconhecimento ao trabalho do Banco Central.

Sobre a pergunta do Deputado Machado, do PFL, relativa ao que temos de fazer para crescer, em primeiro lugar, precisamos de estabilidade econômica. Não há exemplo de país que tenha crescido com instabilidade, com inflação alta, com crise de balanço de pagamentos e crise fiscal. Sabemos por experiência que todos os países que cresceram no mundo controlaram a inflação e o balanço de pagamentos e equilibraram o setor fiscal. Segundo a análise do Banco Central, as taxas de inflação média dos 10 países que mais crescem no mundo são muito baixas. É engano pensar que um país pode crescer com uma economia inflacionada, criando taxas de inflação mais elevadas. A inflação só desorganiza, só retira o poder de compra do trabalhador e concentra renda, o que gera, em última análise, a queda da atividade econômica e da demanda. Esse não é o caminho.

Portanto, o Brasil está no caminho correto, tendendo à gradual elevação da taxa de crescimento do PIB, com base no aumento do investimento, em decorrência do aumento da estabilidade, da previsibilidade e do chamado horizonte de planejamento.

Fora do economês, Deputado, eu poderia citar o seguinte exemplo: se uma família pretende investir em um pequeno negócio e confia em que a economia continuará a crescer no próximo ano e nos seguintes, e a inflação estará controlada, ela pode assumir mais riscos, tomar dinheiro emprestado e até dispor de sua própria poupança naquele negócio. Portanto, ela vai investir mais e contratar mais pessoal. Mas se essa família sentir insegurança e ficar com medo do futuro, ela não vai arriscar suas economias num negócio que pode falir se houver uma crise econômica. Então, a primeira condicionante para um crescimento maior é a manutenção da estabilidade, a manutenção da inflação na meta, a manutenção do equilíbrio fiscal, a manutenção do equilíbrio da balança de pagamento.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Além disso, existem questões já mencionadas aqui, como a racionalização da parte tributária, que evidentemente é algo que passa pelo Congresso Nacional, pelos Governadores, pelos Prefeitos, além do Executivo Federal, e é assunto que está de novo em pauta e vem sendo, certamente, discutido.

Em relação ao marco regulatório, esse também é um fator importante para dar segurança ao investidor, no sentido de que o investimento obedecerá a determinadas regras conhecidas, e também quanto a questões relacionadas à infra-estrutura. Tudo isso, Deputado, está sendo objeto de uma série de propostas e decisões que serão anunciadas pelo Presidente da República nos próximos dias. Serão inclusive objeto de reunião a que eu estarei ausente, à qual pretendo comparecer tão logo pudermos terminar aqui.

Em resumo, temos aí uma série de medidas. Vamos aguardar e ver exatamente quais são os comentários que todos podemos fazer e os resultados a serem analisados no futuro.

Em relação à pergunta do Deputado Leonardo Mattos, o setor têxtil é um empregador importante para a economia brasileira, não há dúvida, e a questão cambial é importante para todos os países. O câmbio é um preço na economia, é o preço das moedas. Experiências anteriores, no Brasil e em outros países, de controle da taxa de câmbio não têm sido bem-sucedidas. Como já mencionei anteriormente, o único país que tem obtido um sucesso relativo no controle da taxa de câmbio, com a manutenção do seu câmbio relativamente desvalorizado, é a China. O problema é que se trata de um país com 47% do seu produto nacional na poupança, e portanto com um enorme volume de recursos disponíveis, o que não é o caso do Brasil. E lá a previdência social é muito menor do que no Brasil, assim como os direitos trabalhistas; é uma outra estrutura econômica. Por essa razão, a China tem condições de adquirir um enorme montante de reservas, que se aproxima de 1 trilhão de dólares. É um outro modelo, concentrador, que não privilegia direitos sociais etc., mas permite crescimento rápido, além da disponibilidade de mão-de-obra muito grande; o país tem mais de 1 bilhão de habitantes. Não há dúvida de que essa é uma preocupação, mas o câmbio, de novo, é fixado livremente no mercado.

Já mostramos também, na nossa apresentação, que o item que mais influencia o fluxo de câmbio no Brasil é a balança comercial, são os itens comerciais não financeiros. Portanto, a evolução do câmbio é muito relacionada à evolução da balança comercial brasileira, que tem sido extraordinariamente positiva.

O importante é que todos trabalhamos para aumentar o nível de competitividade da indústria brasileira. A estabilidade permite a queda dos prêmios de risco, portanto dos juros reais no mercado, o que com o tempo beneficia as empresas. E também, evidentemente, o crescimento sustentado sem crises é importante.

Todas essas medidas que estão sendo anunciadas, de desoneração e de aumento da eficiência da economia, certamente contribuirão para que a economia brasileira possa ficar cada vez mais competitiva.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Presidente. Agradeço-lhe a contribuição ao nosso trabalho.

Convido os Srs. Líderes para uma reunião às 12h. Às 13h teremos a continuação da 11ª reunião extraordinária, para votação do relatório final da proposta orçamentária para 2007.

Está encerrada a reunião.